



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E FAMÍLIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DISCUTIR SOBRE A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2024, ÀS 10H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Henrique Burigo) – Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom dia. Sejam bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública requerida pelo excelentíssimo senhor membro da Comissão de Direitos Humanos e Família da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Marcos José de Abreu (Marquito), que tem por objetivo discutir sobre a violação dos direitos humanos de pessoas em situação de rua.

O evento será a conclusão de uma missão do Conselho Nacional dos Direitos Humanos ao Estado, construída em conjunto com os movimentos da população em situação de rua, servindo esta audiência como um espaço de apresentação desse diagnóstico e de diálogo entre os distintos setores e a sociedade civil.

Para compor a mesa de autoridades, convidamos o Deputado Estadual Marcos José de Abreu, Marquito; a senhora Ana Luísa de Miranda Bender Schlichting, Promotora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH) do Ministério Público de Santa Catarina; a senhora Ana Paula Berlatto Fão Fischer, Defensora Pública e coordenadora do Núcleo de Cidadania, Igualdade, Diversidade, Direitos Humanos e Coletivos (Nucidh) da Defensoria Pública de Santa Catarina; o senhor Andrey de Souza Vieira, Comandante da Guarda Municipal de Florianópolis; a senhora Ana Paula Guljor, conselheira do Conselho Nacional dos Direitos Humanos; o senhor Darcy da Silva Costa, conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos; o senhor Daniel Paz dos Santos, coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) de Santa Catarina; a senhora Ivone Maria Perassa, coordenadora nacional da Pastoral do Povo de Rua; a senhora Erli Aparecida Camargo, presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado de Santa Catarina; o senhor Anderson Lopes Miranda, coordenador-geral do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua; o senhor Daniel Fernando Fischer Lomonaco, psicólogo e membro da Frente Parlamentar da Saúde Mental de Santa Catarina. (*Palmas.*)

Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades que se apresentaram ao nosso Cerimonial: Tânia Maria Ramos, Vereadora de Florianópolis; Diácono Ricardo, Vereador de Florianópolis; Eduardo Zanatta de Carvalho, Vereador de Balneário Camboriú; Ideli Salvatti, Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos do Brasil no período de 2014 a 2015; Kawe Graeff Campoli, diretor do Departamento Jurídico do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis (Sintrasem); Maria Aparecida Lucca Caovilla, ouvidora-geral externa da Defensoria Pública de Santa Catarina; Cecília Galício, conselheira do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; Mariana Döering Zamprognna, Defensora Regional de Direitos Humanos em Santa Catarina pela Defensoria Pública da União; Latoya de Oliveira Costa, conselheira do Conselho Regional de Serviço Social (Cress) do Estado de Santa Catarina; Rodrigo Marques, presidente do Conselho de Segurança do Centro de



Florianópolis (Conseg Centro); Aline Ogliari, conselheira do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; Gicele Dutra, conselheira do Conselho Tutelar do Município de Florianópolis; Rogério Manoel Corrêa, secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina (CUT/SC); Murilo Silva, representante do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera; Elaine Sallas, conselheira do Conselho Municipal de Direitos LGBT de Florianópolis e também representante da Mudiá Coletiva Visibilidade Lésbica; e Elsa Cristine Bevian, coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Município de Blumenau.

Convidamos o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Marcos José de Abreu para proceder à abertura oficial desta audiência pública e presidir os trabalhos. Tenham todos um bom-dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado.

Quero agradecer aqui a assessoria da Casa pela organização e quero desejar um bom dia a todos e a todas que estão aqui neste nosso Plenarinho da Assembleia Legislativa. É uma satisfação recebê-los e recebê-las nesta manhã tão importante para todos nós.

Eu queria, primeiro, pedir licença a todos para não anunciar novamente o que o Cerimonial já anunciou, o nome das autoridades, dos Vereadores e dos representantes dos mandatos aqui da Assembleia Legislativa, especialmente do Deputado Padre Pedro Baldissera, que sempre esteve atuante nesta pauta. Quero desejar um bom debate à mesa e agradecer a presença, mais uma vez intensa, da sociedade, da diversa pluralidade da sociedade neste nosso debate.

Eu quero, antes de mais nada, dizer que esta audiência foi aprovada na Comissão de Direitos Humanos e Família da Assembleia Legislativa – da qual eu faço parte como membro, assim como de outras Comissões –, que é presidida pelo Deputado Oscar Gutz e composta pelos Deputados Sérgio Motta, Dr. Vicente Caropreso, Fabiano da Luz, Jessé Lopes, Matheus Cadorin e por mim. Nós recebemos um pedido do Conselho Nacional de Direitos Humanos, enviado para o Presidente da Comissão e também para os seus membros, e atendemos esse pedido fazendo um requerimento à Comissão, que foi aprovado por unanimidade, pedindo a realização desta audiência. O Deputado Oscar Gutz tinha outro compromisso e eu, como requerente, estarei presidindo.

Esta audiência foi construída a partir dessa visita de fiscalização e de escuta que o Conselho Nacional de Direitos Humanos está realizando no nosso Estado de Santa Catarina por conta de denúncias sobre violações de direitos humanos em algumas cidades catarinenses, junto com movimentos sociais, organizações da sociedade civil, Parlamentares e outras pessoas interessadas no tema. Então, eu quero primeiro parabenizá-los pelo intenso trabalho e pela importância de termos organizações e instituições que cumprem as suas finalidades constitucionais e legais. Assim, que consigamos garantir, a partir desses instrumentos, o Estado democrático de direito, garantir a diversidade, a pluralidade e os direitos, especialmente.

Portanto, fico muito honrado em poder estar auxiliando e conduzindo neste momento esta audiência.

Durante todo esse processo o nosso mandato, que grande parte está aqui hoje neste plenário, esteve atuando e, certamente, essas representações que temos aqui não só na mesa - e cada membro da mesa terá entre sete minutos e dez minutos para se manifestar –, mas em todo o auditório, estiveram intensamente envolvidas com as visitas desta semana.

O nosso objetivo principal nesta manhã é ouvir uma avaliação dessas visitas e, principalmente, os encaminhamentos concretos. Eu quero dizer que esta é uma audiência pública oficial da Assembleia Legislativa, que está sendo registrada pela taquigrafia, que também se comprometerá com os encaminhamentos apontados aqui, seja pela necessidade da intervenção da fiscalização, que é o nosso papel constitucional da Assembleia enquanto Deputados, mas também na melhoria, na



qualificação e na revisão das legislações, bem como no acompanhamento e no monitoramento das legislações vigentes.

Então é isso, minha gente, queria agradecer mais uma vez o mandato, que esteve à disposição e se debruçou sobre [as atividades] desta semana, especialmente a Carol, que esteve acompanhando desde o início toda a atuação em relação à garantia de direitos, principalmente por ser advogada.

Para não nos alongarmos, porque o tempo é muito curto, informo que cada membro da mesa vai ter de sete minutos a dez minutos para se manifestar, podendo falar da mesa mesmo ou usar a tribuna. Só peço bastante atenção ao tempo a fim de não nos alongarmos demais, porque ainda hoje à tarde, aqui nesta Assembleia, nós teremos a presença da Ministra das Mulheres, do governo federal, numa atividade muito qualificada no Auditório Deputada Antonieta de Barros, conduzida pela Deputada Luciane Carminatti, que começa às duas horas da tarde, para a qual eu já estendo o convite a todos.

Então é isso, minha gente. Eu vou iniciar as manifestações passando a palavra à Ana Paula Guljor, que é conselheira do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que terá o tempo de sete minutos a dez minutos para explicar o que foi esta semana e já propor encaminhamentos a fim de darmos continuidade pela mobilização da sociedade civil e dos entes de governo que estão aqui presentes.

Muito obrigado pela presença e obrigado pela confiança também.

A SRA. ANA PAULA GULJOR – Agradeço a esta Casa por organizar esta audiência e por nos receber aqui, como Conselho Nacional de Direitos Humanos. Agradeço ao presidente desta audiência, Deputado Marquito, muito obrigado. Agradeço ao povo daqui de Santa Catarina o acolhimento e a gentileza com que nos receberam neste momento em que fazemos esse exercício da nossa cidadania como controle social, porque na verdade nós somos do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que é um órgão de controle social que nos permite, enquanto cidadãos, colocar a nossa representação através de entidades e movimentos nacionais e que, a partir disso, vem aqui e se coloca como responsável por essa fiscalização, por esse monitoramento, por essa vigilância. Eu fiquei muito feliz em ver que os munícipes de todos os lugares pelos quais passamos nos entenderam dessa forma.

Então, essa nossa ida aos Municípios que visitamos aconteceu por conta de diversas denúncias. Nós, no Conselho, temos uma recepção aberta de denúncias de violações de direitos coletivos através do nosso *e-mail* e, a partir disso, essas demandas tramitam nas subcomissões. Essa nossa visita é uma missão, assim nós chamamos, liderada pela Subcomissão de População de Rua e coordenada pelo conselheiro Darcy Costa. Eu sou conselheira do pleno como presidenta da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme), coordeno a Comissão de Saúde Mental e Política de Drogas e pelo diálogo permanente entre essas temáticas aqui estamos.

Então, primeiro eu acho importante dizermos que em toda a visita cuidamos muito dessa devolutiva. O que nós podemos falar aqui nesse tempo que temos são questões gerais, aquilo que mais nos chamou a atenção, mas efetivamente vai ser produzido um relatório com as devidas recomendações para cada área. Então, como eu disse, dentro do papel da subcomissão que eu coordeno, além dessa militância na Abrasme, a Associação Brasileira de Saúde Mental, eu sou psiquiatra formada há trinta anos e coordeno o Laboratório de Saúde Mental e Atenção Psicossocial da Fiocruz, no Rio de Janeiro, e é desse lugar que eu venho contribuir para essa missão dos colegas da Comissão de População em Situação de Rua.

O que mais nos chama a atenção, pensando como profissional, como pesquisadora e como membro do controle social, é a precarização das políticas públicas na área da assistência, na área da saúde e uma política pública na área da segurança voltada, ao que nos pareceu, à proteção do Estado e não à proteção dos cidadãos. Então, em linhas gerais, acho que é importante trazer isso aqui e problematizar com vocês.



Nós visitamos a rede de Florianópolis, de Balneário Camboriú, de Palhoça e de Criciúma e uma coisa é comum em todos esses quatro Municípios nos quais nós constatamos as denúncias que nós recebemos: primeiro é que na iminência da implementação de um plano nacional para políticas de pessoas em situação de rua, esses diversos Municípios, tenham ou não enviado algum tipo de documento falando sobre os seus projetos, na realidade não implementaram essa orientação, não existe estrutura e não existe orientação política. Ao contrário, o que observamos reiteradamente, e isso nos deixou muito chocados enquanto seres humanos, foi a violência que vem sendo impetrada, que não é de agora, mas que em alguns lugares foi intensificada, conforme nos colocaram. E que tipo de violência nós estamos falando? Estamos falando de uma violência direta pelas forças de segurança ou por forças de segurança que se colocam em parceria com as forças de uma suposta assistência social. [*Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Marivânia Pizzi*]

Então nós tivemos contato com essas denúncias de violações, de resgates que reiteradamente agridem e agridem fisicamente – estamos falando de cassetetes, de soco, de chute, de um levar forçado, para suavizarmos e sermos eufêmicos ao que poderíamos dizer que seria uma forma de sequestro e de tortura. Nós observamos as marcas, e não eram marcas simples que alguém disse, eram marcas que nós visualizamos nos corpos. E para nós também foi muito difícil estar nesses lugares, ouvir essas histórias e depois voltar para casa com essa angústia e com o compromisso que o Conselho de Direitos Humanos assume de intervir nessa realidade, com as suas denúncias aos órgãos competentes.

Uma característica bastante comum em todas as redes de assistência e numa certa mistura com a rede de saúde, é que as comunidades terapêuticas – e aqui eu não vou problematizar o sentido ou não do modelo, mas é importante n[os discutirmos esse tema – estão sendo utilizadas como local de reinserção social. Isso nós não ouvimos nem de uma, nem de duas pessoas, mas de diversas pessoas em diversos Municípios. Então, aquilo que se chama de estratégias de reinserção social, de inclusão, significa uma entidade privada ou filantrópica, com as quais esses Municípios fazem convênio, depositam essas pessoas por nove meses ou por um tempo maior ou menor, e após esse período essas pessoas saem e continuam a alimentar essa rede de desassistência, de violação, mas também é uma rede bastante lucrativa, no sentido de que você não resolve o problema, como diz um certo ditado que ouvimos bastante: você tem um certo problema no meio da sua sala e você retira o sofá, mas o problema continua ali.

Então você tem essa questão, e eu falo isso por conta... Nós vimos para cá também com o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, e a conselheira Cecília Galício está aqui conosco e também nós ajudou a identificar.

Outras questões: os espaços de alimentação... Eu quero trazer vocês a pensar, que nós nos coloquemos nesse lugar do sentimento de empatia com o outro: uma pessoa que mal tem dinheiro, quando tem, para a passagem de ônibus, ela precisa dormir, acordar às 6h45min e circular pelo Município que não oferece banheiro, espaço para beber água, que não oferece nenhum tipo de restaurante popular ou local em que ele possa se alimentar, então ele precisa sair e ir para outro Município – que nós de carro levamos em torno de uma hora, porque esse outro Município tem um restaurante. Mas esse Município, que se chama Florianópolis, também tem um restaurante no qual ele tem que chegar até as 11h, porque de 11h às 12h é o horário em que ele irá se alimentar — ontem, por acaso, eu vi uma matéria em que querem colocar em outro espaço esse lugar de alimentação. Então ele sai dali e tem que voltar para aquele Município anterior, em que tem uma forma de chegada, mas se ele vai voltar, por exemplo, para o Município de Camboriú, ele tem que chegar lá cedo e ficar no aguardo. Isso acontece também no Município de Palhoça, onde sequer a rede, a gestão da assistência social se propõe a conversar com você sobre as suas dificuldades.



Eu sei que tenho só um minuto, mas vou me estender neste minuto para dizer que nessa situação nós observamos muitos gestores – e aí eu vou falar em nome dos Prefeitos – criando programas novos com o seu nome, batizando determinado programa, e programas que já têm uma tipificação na rede, no Sistema de Assistência Social, no Sistema de Assistência em Saúde. Criam um novo programa que é uma nova coisa que não preenche as necessidades e aí parece que quer batizar com seu nome para poder criar uma coisa nova, e acaba não recebendo os valores. É o CadSUS e o CadSuaS desatualizados, são as políticas que não conversam, e depois é muito simples dizer: nós não somos financiados, nós não temos dinheiro.

Então, eu acho que o mais grave e é importante trazer para esta Assembleia Legislativa, é a fiscalização sobre atualização desses cadastros, os dados que não existem, ou se existem estão desatualizados. Um Município ter 350 pessoas estimadas em situação de rua e ter 40 pessoas solicitadas ao governo federal para financiamento, é uma vergonha! E isso não aconteceu em um Município apenas.

Portanto, gente, são tantas as violações, mas eu peguei somente algumas coisas. A Rede de Atenção Psicossocial é totalmente precarizada, os trabalhadores sofrem. Nós vimos, no Município de Criciúma, a Assistência Social com uma trabalhadora, uma técnica e 280 pacientes cadastrados. E nos demais Municípios a situação é semelhante, com CAPS III inexistente ou totalmente impossibilitado de exercer as suas funções.

São tantas coisas que nós ficaríamos aqui o dia inteiro, mas eu vou terminar pedindo desculpas, porque esse é o tamanho da minha indignação, a minha indignação como conselheira, a minha indignação como médica e a minha indignação como cidadã.

Era isso. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigada, doutora Ana Paula. Agradeço por seus apontamentos, inclusive bem diretos sobre a atuação do Parlamento.

Passo a palavra ao senhor Anderson Lopes Miranda, coordenador-geral do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua. (*Palmas.*)

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – Bom dia a todos, a todas e a “todes”.

(*A plenária, em uníssono, responde: “Bom dia.”*)

Deputado, muito obrigado.

Eu quero começar a minha fala com uma frase: olhe nos meus olhos, eu sou ser humano. E nós estamos falando aqui não é de bicho que você abandona, mas de seres humanos que estão sendo abandonados por essas cidades, por este Estado e por este país, muitas vezes.

Quero falar em nome não de uma coordenação – muitas pessoas não sabem quem sou eu –, mas em nome do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do governo do Presidente Lula, que voltou, graças a Deus, e voltou para cuidar dessas pessoas, como eu e como muitos que estão aqui (*palmas*). Eu sou ex-morador de rua, 38 anos vivendo em situação de rua por este Brasil.

Quero agradecer à sempre Ministra Ideli, não é ex-Ministra, é sempre Ministra, que deu força ao Comitê PopRua na sua gestão como Ministra. Muita gente não viu, mas eu vi, nós dialogamos muito e o Ciamp Rua tinha um papel importantíssimo.

Nós estamos aqui, e eu quero agradecer ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos, na pessoa da Ana Paula e do Conselheiro Darcy, por terem me convidado. O Conselheiro Darcy tem uma pauta importantíssima no Conselho, não é só olhar a violação, mas apontar para nós, governantes, responsáveis, o que temos que fazer; é apontar para os Legislativos municipais, estadual e nacional o que têm que fazer. Não adianta fazermos leis e o Prefeito, o Governador ou o Presidente não cumprirem. Leis foram feitas para serem cumpridas e fiscalizadas pelo Legislativo, seja municipal, estadual ou federal. Está na hora de recebermos, sabe, Deputado, enquanto governo,



punições, tanto o municipal – e estou vendo Vereadores e Vereadoras aqui –, quanto o estadual e o federal. Não dá mais para acharmos que essa população é caso de Polícia ou de Guarda Municipal. Não é caso de segurança pública, é caso de política pública (*palmas*).

Eu fui convidado para ver, de fato, e saí triste e bravo, e todas as ações que esse grupo fez eu mandei para o Ministro Silvio Almeida, que me ligou, muitas pessoas me viram falar com o Ministro, eu falo com ele direto. Eu sou coordenador-geral do baixo escalão, mas eu tenho uma linha direta com o excelentíssimo Ministro. No cargo que eu estou, eu não fui indicado por Ministro, por Deputado ou por Vereador, eu fui indicado pelos movimentos, pelas organizações da população de rua, e este governo está muito preocupado com essa população, e aqui não é apologia partidária. Nós estamos muito preocupados. Não é à toa que o que vimos, que a conselheira Ana Paula relatou aqui, é dez vezes pior.

Ontem, em Criciúma, nós saímos do chamado República, que não é República, da chamada Casa de Passagem, que não é Casa de Passagem, para nós parecia um manicômio. Desculpa, é a realidade do que nós vimos, desculpa em Criciúma. Eu ouvi de um usuário que só tinha carne ontem porque nós passamos por lá, se nós não tivéssemos passado não teria carne na Casa de Passagem, eles não comeriam carne — eu ouvi, ninguém me falou. Eu vi um cidadão saindo do quarto cuspidando sangue, com tuberculose, mal, estávamos eu e o Darcy sentados na varanda e o vimos. É triste.

Quero agradecer o Eduardo, eu sei que a Ivone vai falar em nome da Pastoral, que andou um pouco e eu ia atrás dele, e nós vimos esgoto a céu aberto dentro de um serviço, gente. A dengue está aí, mas eu vi, o Eduardo mostrou. Para nós é triste.

Então, eu quero dizer a vossas excelências, a todos, a todas e a “todes”, o que nós estamos vendo. Eu já estive duas vezes em Santa Catarina, uma a convite do Conselho Estadual de Direitos Humanos, quando fomos à cidade de Blumenau e vimos o Presidente da Câmara de Vereadores bater na mesa e dizer na minha cara que ele não aceitava população de rua na cidade dele, e ainda passou um vídeo de outro Prefeito, da cidade de Chapecó, se empoderando. Nós vimos o Prefeito de Criciúma bater com carteira de trabalho na cara do cidadão, mas não ofertam um programa de trabalho digno ao cidadão, ofertam um programa de escravidão. Nós ouvimos, e eu estou falando aqui enquanto governabilidade, enquanto responsabilidade de trajetória de rua. É triste as pessoas não reconhecerem essa população.

Graças a Deus o Ministro fez um jaleco para mim, porque muitas vezes as pessoas não acreditam que eu sou do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Como nós temos uma trajetória de rua, as pessoas acham que somos um qualquer, e hoje este jaleco aqui me dá empoderamento para chegar nos lugares e dizer para as pessoas: “Olhem nos nossos olhos, nós somos seres humanos, o que precisamos é de dignidade e respeito.”

Muitas pessoas riem da minha cara e dizem: olha lá, um cara do governo federal e sem dentes. Mas ainda tem muita gente da rua sem dente, que chega aos espaços de saúde, como nós vimos, e não tem nada para essa população. Hoje eu tenho condições, estou fazendo um tratamento bucal, mas quantos dos nossos companheiros ainda não têm? E nós precisamos, Ministra, rever isso, e nós estamos revendo.

Quero dizer que o governo federal criou o Plano Nacional Ruas Visíveis e em cada cidade que nós íamos o Município falava que aquele serviço não era pactuado. Eu encaminhava os dados direto para a Comissão, para os conselheiros, para verem que tinha pactuação, sim, que tinha recursos federativos, sim. É pífio, mas tem. O que a Conselheira Ana Paula falou é real, os dados são mentirosos, eles não encaminham os dados para o nacional, Deputado, não encaminham os dados para o CadÚnico e para o e-SUS. A partir do momento que você encaminha, o governo... E eu estou discutindo com o coordenador-geral de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, porque ele disse: olha, eu não estou recebendo nada, ninguém



manda nada, não tem diálogo aqui. E para nós é isso, não tem o diálogo. Então nós estamos de portas abertas para discutir, para conversar e para fazer.

O Ciamp Rua é um Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua e, infelizmente, ainda não podemos impor, porque é um comitê, mas o Ministro deu autonomia para o Ciamp Rua fiscalizar. E no dia 23 o Ciamp vai estar aqui em Santa Catarina novamente com onze Ministérios, com membros da sociedade civil fiscalizando os serviços, novamente, da região sul, e trazendo uma proposta para apresentar aos mais de duzentos Municípios de Santa Catarina de adesão à política nacional.

Os movimentos e os partidos entraram com uma ADPF a respeito do descumprimento da Constituição em relação a essa população. E eu ouvi muitas pessoas falarem: a gente está dando moradia e eles querem mais; a gente está dando comida e eles querem mais. Mas nós não estamos pedindo, é direito, é direito ter um teto, é direito ter uma casa, é direito ter um trabalho.

Quem aqui tem comprovante de endereço levanta a mão.

(A maioria dos participantes levanta a mão.)

Vejam quanta gente.

Quem aqui não tem comprovante de endereço ainda, levanta a mão.

(Apenas um participante levanta a mão.)

Olhem aí... É porque a nossa população tem medo de entrar nesses espaços que dizem públicos, a Casa do Povo, mas o povo que está de chinelo, que está de bermuda não pode entrar na Casa do Povo. Então, para nós, é muito difícil.

Eu estou falando aqui muito olho no olho de cada um. Eu estou falando também que o governo federal — e pensei que eu falaria por último para ouvi-los antes, mas como eu fui o segundo até me pegou de surpresa — vai tomar as suas devidas providências. E se Municípios e Estados não quiserem aderir à política, nós vamos jogar na mão do Judiciário, nós vamos jogar nas mãos, infelizmente, do Ministro Alexandre de Moraes, nós vamos jogar nas mãos das Defensorias Públicas, nós vamos jogar nas mãos dos Ministérios Públicos, para que as ações, de fato, sejam feitas. Nós estamos vendo quantas DPEs e a DPU tem feito um trabalho de sensibilização aos Municípios, mas existem muitos Municípios que não querem.

Quero parabenizar a senhora, doutora Ana Paula... Nós, aqui em Palhoça, aqui do ladinho, vimos a empáfia de um Município que não quis apresentar nada, e quando nós vamos buscar os dados federativos, vemos que existem coisas lá, mas eles falam que não tem. É triste para nós. [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Djonathan Costa*]

Eu quero encerrar a minha fala dizendo que eu, enquanto governabilidade, já encaminhei à Comissão de Segurança Alimentar a CP IV, da qual eu e o Daniel participamos, e o Daniel é conselheiro da Segurança Alimentar, para providências sobre a questão de tirar um Restaurante Popular da população em situação de rua. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar vai tomar as devidas providências e a Caisan também (*palmas*), e o senhor Ministro Silvio Almeida vai tomar as devidas providências. Não podemos mais aceitar violação de direitos humanos! Tudo o que nós vimos da assistência social, da saúde, da habitação, do trabalho, de todas as ações, é violação de direitos humanos. Quem trabalha com direitos humanos sabe disso, ter uma pessoa em situação de rua é violação de direitos humanos! O Município tinha que tomar vergonha na cara, o Estado tinha que tomar vergonha na cara! Para nós é indigno ver um cidadão, uma cidadã, uma idosa, uma pessoa LGBTQIA+, uma criança com a sua mãe na porta de um hotel e o seu companheiro não poder entrar no hotel, e todo dia esse filho dá tchau para o pai da janelinha. É indigno o que vimos: baratas, bichos circulando no equipamento público! É indigno, é indigno para nós!

Eu quero aqui só consolidar, Deputado, toda a ação que o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, junto com o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, fez. E a hora que vir a recomendação para o governo federal, ele vai agir — e eu estou falando



em nome do Ministro Silvio Almeida, que me deu autonomia e me garantiu que todas as ações que eu fizer em nome do governo serão realizadas.

Então no dia 23 o Ciamp nacional, do qual a conselheira Ivone faz parte, estará aqui em Florianópolis para a reunião da região sul cobrando dos Municípios e dos Estados a adesão à Política Nacional para a População em Situação de Rua. Nenhuma cidade de Santa Catarina aderiu, nem o Estado aderiu. Correto, conselheira Ivone? Agora é o momento de aderir e dar dignidade para essa população. Não podemos mais criminalizar as organizações... é ver o que o Prefeito está fazendo na Passarela: nós vimos lá pessoas acamadas, doentes, quase morrendo e o povo diz que é a Passarela da Cidadania. Mas não é, é a Passarela da injustiça (*palmas*)! Aqui não quero incriminar a organização que está lá, mas eu quero incriminar a gestão, é responsabilidade da gestão de cuidar daquilo ali. Nós temos Conselhos Municipais, é responsabilidade da gestão cobrar, fiscalizar e melhorar.

Obrigado e desculpa pela minha fala dura. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Obrigado.

Eu vou pedir uma atenção especial ao tempo, gente. Vou repetir: nós temos outra audiência às 14h e toda a equipe da Casa se prepara para a próxima atividade com a Ministra. Então vou pedir muita atenção ao tempo utilizado e a consideração de vocês em função dessa questão de organização interna.

Passo a palavra ao senhor Darcy da Silva Costa, do Movimento Nacional da População em Situação de Rua.

O SR. DARCY DA SILVA COSTA – (*Passa a ler.*)

“Excelentíssimo senhor Presidente da audiência pública, ilustres Parlamentares e demais autoridades presentes. Bom dia.

Eu sou Darcy Costa, conselheiro no Conselho Nacional dos Direitos Humanos, representando o Movimento Nacional de População em Situação de Rua, e venho até esta Casa Legislativa para tratar de um assunto de extrema importância para a nossa sociedade. Agradeço a oportunidade de poder apresentar nossas ideias e propostas para contribuir com o desenvolvimento e bem-estar de todos os cidadãos, como exemplo: a Resolução 40, do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que trata dos direitos humanos da população de rua; a Resolução 425, do Conselho Nacional de Justiça, que institui a Política Nacional de Justiça da População de Rua; o Decreto Presidencial 7.053, que institui a Política Nacional da População de Rua; e a ADPF 976, que no dia 25 de julho de 2023 o Ministro Relator Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, ordenou a proibição de remoções forçadas de pessoas em situação de rua, inclusive de seus bens e pertences pessoais, diante da omissão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em adotarem medidas para a implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto Federal 7.053/2009.

O citado relator determinou, liminarmente, que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios passem a observar, de forma imediata e independente de adesão formal, as diretrizes instituídas pela Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto Federal 7.053/2009). E quero citar também a Lei 14.821, de 16 de janeiro de 2024, que institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua), e a Lei 10.835, de 8 de janeiro de 2004, que institui a renda básica de cidadania e dá outras providências.

Diante deste fórum democrático, expresso nosso total respeito às instituições e ao processo legislativo, na certeza de que juntos podemos buscar soluções para os desafios que enfrentamos como nação.

Hoje gostaria de abordar um tema muito importante e urgente: os direitos humanos da população em situação de rua. Todos os seres humanos, independentemente de sua condição social, origem ou situação de vida, têm direito à dignidade, ao respeito e à proteção. A população em situação de rua enfrenta uma série de desafios diários, como a falta de moradia, de acesso a serviços básicos de saúde, educação e trabalho, além da



discriminação e da violência. É imprescindível que sejamos solidários e empáticos com essas pessoas, reconhecendo sua humanidade e oferecendo apoio e oportunidades para que possam reconstruir suas vidas.

É dever de todos nós, enquanto sociedade, garantir que os direitos humanos dessas pessoas sejam respeitados e protegidos. Devemos exigir políticas públicas eficazes que promovam a inclusão social, o acesso à moradia digna, à saúde, ao trabalho e à educação para a população de rua. Precisamos também combater a estigmatização e o preconceito que muitas vezes acompanham essa população, pois cada pessoa possui uma história única e merece ser tratada com respeito e compaixão.

Portanto, convido todos a se unirem nessa luta pelos direitos humanos da população em situação de rua mostrando solidariedade e empenho em construir uma sociedade mais justa e inclusiva para todos. Juntos podemos fazer a diferença e garantir que o direito à dignidade e à cidadania sejam assegurados a todos os seres humanos.

A discriminação, a estigmatização e o preconceito enfrentados pela população em situação de rua são inaceitáveis. Os indivíduos já estão em situação de vulnerabilidade e não podem ser ainda mais marginalizados e tratados com desrespeito pela sociedade. É crucial reconhecer que cada pessoa em situação de rua é única, com sua própria história e desafios. É errôneo agrupar todos sob um estigma comum e julgá-los sem considerar suas circunstâncias individuais.

Devemos também refletir sobre as causas estruturais que levam pessoas a viverem nas ruas, como a falta de moradia acessível, a desigualdade social, o desemprego e os problemas de saúde mental. Abordar essas questões de maneira abrangente é essencial para proporcionar condições dignas e oportunidades para que esses indivíduos possam reconstruir suas vidas.

Como sociedade, é nosso dever agir com empatia, compaixão e solidariedade. Devemos promover inclusão social, oferecer abrigo seguro, acesso a serviços básicos de saúde, educação e trabalho, além de combater atitudes discriminatórias e promover conscientização sobre a realidade da população de rua. É preciso lembrar que todos merecem respeito, dignidade e ter direito a viver em um ambiente seguro e acolhedor. Vamos trabalhar juntos para construir uma sociedade mais justa e equitativa, na qual cada indivíduo seja valorizado e tenha a oportunidade de prosperar. Juntos podemos fazer a diferença.

A população em situação de rua é um fenômeno complexo e multifacetado que afeta milhões de pessoas em todo o mundo. Esses indivíduos enfrentam uma série de desafios que vão desde a falta de moradia adequada até a escassez de acesso a serviços básicos como alimentação, saúde e emprego, explorando mais a fundo a situação da população em situação de rua, discutindo suas causas, seus impactos e as possíveis soluções.

A falta de moradia adequada pode ser causada por uma série de fatores, incluindo pobreza, desemprego, problemas de saúde mental, violência doméstica e dependência de substâncias. Muitas pessoas em situação de rua também enfrentam discriminação e estigma social, o que dificulta a sua capacidade de acessar serviços e oportunidades. A vida na rua pode ter impactos devastadores na saúde física e mental dessas pessoas. A falta de acesso a cuidados médicos adequados e a condições de higiene adequadas podem levar a doenças graves e a agravar as condições de saúde existentes. Além disso, a população em situação de rua está mais exposta à violência e ao abuso, o que contribui para um ciclo de vulnerabilidade e marginalização.

Para tratar efetivamente o problema da população em situação de rua, é essencial adotar uma abordagem abrangente que leve em consideração as necessidades e as circunstâncias individuais de cada pessoa. Isso inclui ações como a ampliação do acesso a moradias acessíveis, a criação de programas de apoio psicossocial e de emprego e a implementação de políticas de combate à pobreza e à exclusão social. Além disso, é fundamental promover a conscientização e o engajamento da comunidade para combater o estigma associado à população em situação de rua e promover a solidariedade e a compaixão.



A população em situação de rua é um reflexo das desigualdades e das injustiças presentes em nossa sociedade. Para construir um mundo mais justo e inclusivo, é fundamental garantir que todas as pessoas tenham acesso a condições de vida dignas e a oportunidades para desenvolver o seu potencial. A superação do problema da população em situação de rua requer um esforço coletivo e contínuo de governos, organizações da sociedade civil e indivíduos para promover a igualdade, a justiça social e o respeito pelos direitos humanos de todos.

Agradeço a atenção de todos os presentes e coloco-me à disposição para contribuir com o debate e para colaborar da melhor forma possível.

Muito obrigado.” (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, Darcy.

Passo a palavra à Defensora Pública Ana Paula Berlatto Fão Fischer, coordenadora do Núcleo de Cidadania, Igualdade, Diversidade, Direitos Humanos e Coletivos (Nucidh), da Defensoria Pública de Santa Catarina.

A SRA. DEFENSORA ANA PAULA BERLATTO FÃO FISCHER – Bom dia a todos.

Inicialmente eu quero agradecer o convite para participar deste ato e parabenizá-los pela iniciativa da realização deste momento tão importante. Cumprimento o Deputado Marquito, em nome de quem estendo os cumprimentos a todos da mesa e a todos os demais presentes neste dia.

A Defensoria Pública do Estado, por meio do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, tem realizado um trabalho prioritário na sua pauta em relação à população em situação de rua diante da gravidade que tem sido vista no Estado de Santa Catarina. Por conta disso, foi implementado o projeto Defensoria com a Rua, que tem como objetivo levar o acesso à Justiça de forma itinerante nos locais em que se encontra essa população, realizar atendimentos, mas também para ouvir essa população, conhecê-la, saber as suas necessidades e os motivos pelos quais ocorre a permanência nas ruas.

(*Uma das participantes teve um surto no hall de entrada do Plenarinho.*)

A Defensoria Pública do Estado, junto com a Defensoria Pública da União, tem atuado incansavelmente no Estado de Santa Catarina para que haja a implementação das medidas cautelares impostas na ADPF 976, do STF, no sentido de promover e garantir os direitos dessas pessoas aqui no nosso Estado, mas vem enfrentando grandes dificuldades no sentido de avançar na implementação de políticas, primeiro por um desconhecimento dos Municípios e do próprio Estado em relação à sua população em situação de rua, um desconhecimento quanto à política para a população em situação de rua, quanto aos serviços e aos programas que já existem, as regulamentações que já existem nesse sentido. Mas eu acho que o ponto principal está na falta de interesse em se avançar e em se garantir os direitos dessa população.

Quando tratamos desse tema, temos que ter em mente a necessidade de promover programas e políticas que pensem em superar a situação de rua. Ao contrário do que consta no imaginário de alguns, essas pessoas não estão na rua porque querem – estar nas ruas contra a vontade é uma das maiores violações de direitos humanos. Trata-se de um problema complexo, evidentemente, que vai exigir soluções intersetoriais de diversas políticas, especialmente políticas de saúde, assistência social, trabalho, renda, educação, e são políticas estruturantes que não vão ser realizadas do dia para a noite, ao contrário do que alguns gestores tentam emplacar aqui no Estado. Por isso a problemática do que estamos vivendo e por isso que tem chamado os olhos além das nossas fronteiras.

Acho importante começarmos a situar a questão da dificuldade, da ausência de qualquer tipo de política pública em nível estadual. Hoje não temos uma política estadual para pessoas em situação de rua, não temos um plano estadual para essas pessoas, não temos um comitê intersetorial que fiscalize e monitore essa política. E não é por falta de provocação, porque a Defensoria Pública vem provocando o Estado há



algum tempo, como provocou e deu conhecimento ao Estado, desde agosto do ano passado, da existência da ADPF 976, vem dialogando com o Estado sem qualquer movimentação efetiva, encaminhou uma recomendação para a implementação de todas as determinações em janeiro e passados quatro meses não há o recebimento de sequer uma resposta formal. Isso já demonstra bastante a intenção do Estado em relação a essa política.

A questão da participação do Estado nesse tema se faz de extrema importância quando temos movimentos de remoção compulsórios de pessoas entre Municípios, uma das maiores violações que se pode ter com um ser humano; temos uma tentativa de ocultar essas pessoas por meio de internações, forçadas muitas vezes; temos aqui no Estado a ausência de qualquer tipo de protocolo de saúde, de protocolo de prevenção à violência a essas pessoas; e não conseguimos avançar. O Estado de Santa Catarina sequer tem um diagnóstico socioterritorial dessas pessoas, não conhece essas pessoas, não sabe onde elas estão e sequer faz algum tipo de esforço para estar nesses momentos, como num momento tão importante de visita de um órgão federal, que pode estar apoiando e auxiliando na construção dessa política. Sempre se vem com a mesma justificativa de que não há condições de se avançar sozinho sem a provocação de um órgão federal, mas quando esse órgão vem, tampouco se faz presente.

Por conta disso, eu acredito que temos visto esses órgãos de segurança pública atuando na ausência de uma total precariedade de políticas efetivas de saúde e de assistência social que possam dar conta dessa demanda, e precisam dar conta, e nós não temos nenhum tipo de programa habitacional para essas pessoas. [Transcrição: Grazielle da Silva / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leite]

É importante nós trazermos o que a ADPF traz como muito interessante, que é uma diretriz de como lidar com esse problema tão complexo. Nós precisamos pensar em três eixos: o eixo da prevenção, o eixo do cuidado, de quando essas pessoas estão na rua, e o eixo de superação da situação de rua.

Quanto à prevenção, os dados oficiais do Ministério dos Direitos Humanos apontam que no Estado de Santa Catarina existem cerca de nove mil pessoas em situação de rua e que as causas que levam essas pessoas à situação de rua são desemprego, problemas familiares e falta de moradia. E na questão dos problemas familiares, e isso é importante nós mencionarmos aqui, alguns Municípios de Santa Catarina têm como único programa a emissão de passagens para retorno à cidade natal, para que elas voltem para as suas famílias. Enquanto isso, estamos reiterando um ciclo de violência, porque muitas delas saem de casa justamente por abusos familiares, por LGBTfobia e por outras questões que vão reiterar ainda mais essa situação de violência dessas pessoas.

Quando nós falamos de cuidado com essas pessoas, nós verificamos que temos um número muito maior de pessoas, um número significativo de pessoas em relação ao número de vagas existentes para acolhimento. A terceirização dos poucos equipamentos que existem em Santa Catarina também preocupa, porque ocorre uma falta de preparo dessas equipes e uma rotatividade muito grande que impede um trabalho contínuo com essa população, fazendo com que o serviço seja mais precarizado e não dê conta do problema. E é por isso que nós vemos um crescimento significativo e cada vez maior e um depósito de pessoas nesses locais. Aqui em Florianópolis nós temos a Passarela da Cidadania, que é um depósito de pessoas idosas, de pessoas doentes, de pessoas que recebem alta hospitalar, e não se tem nenhum tipo de trabalho sério ou de encaminhamento para essas pessoas, de cuidado com essas pessoas.

O Hotel 2S deveria receber famílias com crianças e adolescentes, mas essas crianças são obrigadas a conviver com pessoas em situação de isolamento para doenças, como tuberculose e outras doenças contagiosas, e que também são encaminhadas para o mesmo acolhimento. É um equipamento infestado de baratas,



basta uma mera visita para ver isso: vimos barata em geladeira, barata em camas, barata dentro do banheiro, dentro do chuveiro.

Um Centro POP, que deveria ser o equipamento socioassistencial para promover encaminhamentos, para promover o fortalecimento de vínculos familiares, de encaminhamento ao mercado de trabalho e de todos os outros serviços socioassistenciais, realiza doze atendimentos por dia ao CadÚnico, doze atendimentos diários para uma população que, em Florianópolis, chega a quase duas mil pessoas.

É importante aqui mencionar que a Defensoria tem recomendações, como eu mencionei, em relação ao Hotel 2S, já houve recomendações no ano passado para que haja melhoria e adequação desse serviço, e isso também não foi providenciado. Já encaminhamos, junto com a DPU, diversas recomendações aos Municípios e também não estamos conseguindo avançar.

Em relação a Chapecó, também temos um procedimento que nos preocupa muito, que é o fato de não existir nenhum tipo de serviço socioassistencial para essa população, mas ao mesmo tempo essa população vem sendo removida do espaço por meio de operações policiais que dão supostos encaminhamentos socioassistenciais para locais, às vezes, fora do Estado, de forma que essa população tenha muita dificuldade de retornar ao Estado de Santa Catarina. E quando se tem algum tipo de equipamento, como é o caso do Restaurante Popular, nós verificamos essas situações de limitação ou de obstáculo no acesso para um equipamento que é universal, que tem como objetivo priorizar o acesso para pessoas em insegurança alimentar, que evidentemente é o caso da população em situação de rua. A Defensoria, juntamente com a Defensoria Pública da União, tem ação judicial também nesse sentido e vem monitorando com muita preocupação esse movimento aqui em Santa Catarina.

Quanto à questão do último eixo, o eixo da superação, nós só conseguiremos chegar a algum lugar no qual essas pessoas estarão ressocializadas e voltarão a ter a sua dignidade humana garantida quando houver um compromisso inicial do Estado de Santa Catarina na articulação dessas políticas de forma estruturante, de forma a financiar e a ajudar os Municípios, assim como a promover o seu plano, mas também com o compromisso dos Municípios, pois é um movimento que exige um comprometimento sério e efetivo das políticas públicas de todos os entes federativos.

Como Defensoria Pública, por meio do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, eu sempre me coloco à disposição na construção dessas políticas, e falo aqui também em nome da Defensoria Pública da União, que também vem fazendo um trabalho importante nesse sentido. Nós estamos aqui para somar, fiscalizar e continuar monitorando essa situação muito preocupante aqui no Estado.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, doutora Ana Paula Fischer.

Passo a palavra à senhora Erli Aparecida Camargo, presidente da Comissão Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina.

A SRA. ERLI APARECIDA CAMARGO – Bom dia a todas, a todos e a “todes”.

Inicialmente quero agradecer pelo convite para estar aqui – na verdade eu não considero um convite, eu considero uma convocação por conta da importância que tem, hoje, todos os Conselhos, todos os mecanismos e os órgãos de controle social – ao Deputado Marquito e estendo os meus cumprimentos e agradecimentos pela presença desta mesa. Mas, sobretudo, quero saudar a cada um e a cada uma que está aqui e que tem, direta ou indiretamente, implicância, relação, compromisso, responsabilidade e sensibilidade em relação à população em situação de rua ou moradora na rua.

Todos nós ouvimos há pouco o barulho que veio ali de fora, e acho que esse som incomodou todos nós aqui dentro, esse grito de socorro incomodou todos nós aqui dentro, tenho certeza.

A minha fala, Marquito, vai ser no sentido da dignidade humana, porque o que as duas Anas Paulas falaram me representa muito. Vocês disseram praticamente tudo o



que eu iria dizer. E quando o Anderson coloca a situação pelo ponto de vista da sua vivência e daquilo que hoje ele tem como responsável pela política em termos de Ministério, eu fico me perguntando onde foi que nós, seres humanos, perdemos o fio da meada, perdemos o rastro da dignidade, perdemos o rastro de um valor muito fundamental, aliás o único valor que eu considero fundamental e sobre o qual não se discute, que é a vida.

Quando eu olho, por exemplo, uma pessoa que dá cuidados ao seu cachorrinho, que leva para veterinário, dá vacina, faz casinha, compra brinquedinhos, coloca em um local privilegiado dentro da sua casa, no qual ele possa estar no convívio com as crianças, com a família... Inclusive existem famílias que usam aviões para levar ao veterinário em São Paulo, sabiam (*risos*)? É, faz aniversário, cheio de chocolate, com todo tipo de docinho, coisinhas de cachorro para todos os lados, mas pergunte se faria isso, se daria um brinquedo para uma criança que tem outra condição, outra cor, outra raça, outra etnia, que vive em outro bairro?

Ontem nós estávamos em Blumenau – e a professora Elsa está aqui representando o CDDH de Blumenau – e a Ideli estava lá conosco, na comitiva das células neonazistas em Santa Catarina. Eu não posso deixar de falar, Marquito, e para quem está nos vendo e nos ouvindo fora daqui pela TVAL, que dentro do contexto da população em situação de rua nós encontramos todas as modalidades de violações, absolutamente todas as modalidades de violações que dá para encaixar – quem é jurista sabe e quem não é presume ou tem uma ideia mínima –, todos os direitos humanos, do artigo 5º inteirinho ao artigo 6º inteirinho, todos eles, os sociais, os políticos, os individuais, os coletivos e os difusos, todos são violados com esses seres humanos. Contra esses seres humanos todos os tipos de violações são permitidos pelo sistema. Olhem que triste isso. E por que eu digo que são permitidas pelo sistema? Porque os dados que a Ana Paula, a outra Ana Paula e o Anderson trouxeram – e com certeza o Daniel tem mais coisas também para dizer no mesmo sentido –, explicitam para nós, muito claramente, a inoperância, sim, das gestões, que são gestões indicadas depois pelo eleito, comissionados, não comissionados e até efetivos, e isso em âmbito estadual, municipal e federal, não digo que não, porque em todos os locais há pessoas que estão nos ambientes de gestão das políticas sociais fazendo caca, fazendo o que não precisava fazer e deixando de fazer o que precisava ser feito. Aliás, não é precisa, deve fazer.

E eu vou para outro ponto que tem a ver exatamente com esse, do não cumprimento dos direitos, dos deveres e de todos os pré-requisitos exigidos pela Constituição Federal e pelas leis complementares e esparsas de todos os nossos Códigos, de todos os nossos estatutos, sobretudo dos estatutos que foram nossas conquistas históricas: o Estatuto do Idoso é violado, o Estatuto da Criança e do Adolescente é violado, o Estatuto da Pessoa com Deficiência é violado e todos os demais que vocês conhecem. Por que todos eles são violados? Porque as gestões públicas não assumem a responsabilidade, e eu não vou entrar no mérito, pois ficaríamos aqui, como disse a Ana Paula, três dias falando do assunto e não esgotaríamos o tema, que é a não responsabilização.

Parece-me, Marquito, que quem faz o que faz, da forma como faz, em relação aos equipamentos do Suas e do SUS, principalmente do Suas, é porque tem a certeza da impunidade. Se ele tivesse alguém no pé dizendo, punindo, fazendo cumprir regulamentações, fazendo cumprir resoluções, fazendo cumprir dispositivos legais, com certeza pensaria duas vezes antes de fazer; aliás, antes de não fazer tantas coisas que são caras às pessoas.

Eu fico muito triste quando percebo que, neste momento histórico no nosso país, ainda estamos nas consequências de uma gestão catastrófica e desumana. E eu digo desumana por todas as frestas desse raciocínio, ou seja, por cultuar armas, por dizer que bandido bom é bandido morto, sem a consciência de que, de repente, sua própria



família pode ser vítima de uma atrocidade ou de uma queda. As pessoas não percebem que elas podem, sim, estar naquele lugar um dia.

Tem um pensamento indiano que eu não saberia reproduzir exatamente seus termos, mas ele diz, a grosso modo: nunca critique, nem o mendigo, nem o encarcerado, porque você não sabe o momento em que você pode estar no lugar dessa pessoa.

Digo isso para todos refletirem conosco sobre a tristeza que é ver pessoas sendo desumanizadas todos os dias nas ruas e nos becos das nossas cidades. Isso é tão gritante que eu fico me perguntando: o que resta de humanidade em nós? Onde foi que nós paramos de ser gente e passamos, em um determinado momento, a colaborar com o sistema que nos oprime, que nos massacra e que nos mata? Apesar de termos passado por determinado momento, não mudamos o nosso jeito. Será que a pandemia não ajudou o suficiente? Quando é que nós vamos olhar para o Daniel – que eu conheço há bastante tempo, não é, Daniel? – e reconhecê-lo como ser humano? O que nos falta para isso acontecer?

É dolorido estar, por exemplo, no Conselho de Direitos Humanos e para participar de uma missão dessas ou de outras das quais estamos participando, termos que pagar do próprio bolso, com a ajuda das pessoas que colaboram e não com o aquilo que é de direito, porque é dever do governo estadual financiar, sim, o trabalho do Conselho. Não tem licitação, demorou a licitação e assim por diante, vão dando desculpas e vão enrolando. Nós estamos esperando há mais de um mês uma agenda com a Secretária da Assistência Social, Família e Mulher para tratarmos da conferência LGBTQIA+.

Termino a minha fala dizendo que hoje o Conselho Estadual de Direitos Humanos, e aqui temos alguns conselheiros e ex-conselheiros, está com todos os problemas que foram discutidos nessa missão, que é o tema PopRua, assim como todos os outros problemas relacionados à discriminação de pessoas dentro das escolas, com aquela história de escola sem partido... Enfim, vocês não têm ideia da quantidade de problemas que se desdobram e que são, todos eles, colocados no mesmo balaio.

Ana Paula, quando você disse que as políticas públicas ou as políticas sociais não dialogam, é fato e é preciso que nós tenhamos essa noção. E quando aparece um fórum, se esse fórum não aglutina, ele não merece existir; quando aparece um movimento para fazer não sei o quê, para reconduzir não sei o quê, para fazer eleição não sei do quê, se ele não aglutina, não merece existir. Nós precisamos combater isso também, é muito importante.

Quero dizer que o Conselho Estadual de Direitos Humanos está de portas abertas, tanto para o Conselho Nacional, porque nós também estamos respondendo questionário a respeito desse tema, quanto para a Defensoria Pública, que é parceira, sempre foi, com a Ana Paula e a Ane, e lá na Associação com o João, assim como a Assembleia, dentre aqueles que acreditam na construção de algo diferente. Nós estamos abertos para dialogar com todos e com todas: as Pastorais, os movimentos coletivos, as associações e as organizações da sociedade civil em geral para construirmos algo diferente, porque do jeito que está não dá, não tem como.

Muito obrigada. *(Palmas.) [Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos / Leitura Final: Siomara G. Videira]*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, dona Erli.

É o seguinte, pessoal, nós temos uma questão aqui: são 11h45min e nós vamos no máximo até a 13h. No máximo mesmo, porque às 14h tem outra atividade aqui. Eu também recebi a informação de que alguns Municípios que não receberam a visita vieram preparados para apresentar certo documento, fazer uma apresentação, então eu oriento que se inscrevam inicialmente com a Isabele.



Nós temos cinco falas ainda e estamos bem apertados em relação ao tempo, então peço a atenção dos colegas e das colegas que vão falar agora para que consigamos finalizar com qualidade, apontando os encaminhamentos, que eu considero uma etapa bem importante de uma audiência pública, e por isso peço a colaboração de todos. Pode ser?

(A plenária aquiesce.)

Passo a palavra à senhora Ana Luísa de Miranda Bender Schlichting, Promotora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH) do Ministério Público de Santa Catarina.

A SRA. PROMOTORA ANA LUÍSA DE MIRANDA BENDER SCHLICHTING – Olá, bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Quero cumprimentar o Deputado Marquito e parabenizá-lo por esta audiência, assim como agradecer o convite para que o Ministério Público participasse.

Bom, a primeira coisa que eu gostaria de dizer é que na semana passada eu estive em outra audiência pública, aqui nesta Casa, para tratar desse assunto e lá eu fui minoria, saí frustrada e me questionando se realmente tudo o que nós conversamos representava a compreensão do povo catarinense. E hoje posso dizer que enquanto representante do Ministério Público de Santa Catarina, mas principalmente como cidadã, meu coração fica tranquilo ao perceber que há muitas pessoas falando a mesma língua. Com certeza isso traz muito mais força para o que nos traz aqui hoje. Reitero todas as falas trazidas anteriormente, elas representam tudo o que o Ministério Público pensa. Eu estou aqui representando a instituição, falo em nome da instituição e colocarei o que o Ministério Público tem feito a respeito dessa situação.

O que tem nos preocupado, primeiramente, é o fato de que as pessoas em situação de rua têm sido generalizadamente tratadas como usuárias de drogas e álcool. Isso é uma imensa discriminação. Nós temos políticas públicas por todo o Estado, se é que podemos chamar de políticas públicas, que estão reduzindo esse grupo populacional ao uso de álcool e drogas, o que nos preocupa bastante.

O outro ponto que também nos preocupa bastante é que não há política pública efetiva para as pessoas em situação de rua. Nós temos visto uma enxurrada de informações, uma enxurrada de notícias a respeito de sistemáticas de internação, internações como única opção quando, na verdade, falta tudo nesses lugares: falta Centro POP, falta serviços de saúde, falta consultório de rua, falta CAPS, falta abordagem social. Então, essa inversão de valores, essa inversão de prioridades, somada à falta de compreensão de uma parte da sociedade, está nos trazendo realmente um cenário catastrófico por todo o Estado. Falta vontade política e há também muito interesse em agradar a parcela da população que não compreende a complexidade deste assunto que nós estamos tratando aqui né? O quanto é pensar em maquiagem a situação nós imaginarmos que uma internação vai resolver. Nós não temos espaço para internação, sabemos que muitas internações estão acontecendo em espaços que não foram planejados para isso. Sabemos que sem uma política pública efetiva, sem que essas pessoas recebam um suporte socioassistencial e de saúde, sem que elas tenham um trabalho de fortalecimento dos vínculos familiares, profissionalização, emprego, moradia, não vai funcionar – essas pessoas vão continuar rapidamente retornando para essa situação das ruas e de uso de álcool e drogas – para aquelas que precisam, porque o poder público não está ofertando a política pública que é necessária.

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos oferta suporte para todos os Promotores e todas as Promotoras de Justiça do Estado. Então, junto com o Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública, nós estamos trabalhando em uma nota técnica, que já está praticamente finalizada, e nela nós trazemos todos os subsídios para auxiliar os Promotores nessa tarefa tão árdua de cobrar dos Municípios e do Estado que as políticas públicas sejam realizadas de maneira efetiva. Há muitos Promotores e muitas Promotoras de Justiça por todo o Estado, aguerridos, fazendo um



trabalho muitas vezes invisível e encontrando todo o tipo de dificuldades em Municípios que se recusam a todo o tipo de mudança.

E aqui eu quero destacar uma pessoa apenas, são várias, mas eu quero destacar a atuação do doutor Álvaro, de Balneário Camboriú, que tem utilizado todos os instrumentos que os senhores possam imaginar, na esfera cível e criminal, para conseguir conter a situação que – como a doutora Ana Paula disse – é muito precária naquele Município. Nós estamos trabalhando, o Ministério Público está trabalhando inclusive já levou informações ao STF a respeito da situação que está ocorrendo lá, porque realmente é uma preocupação muito grande do Ministério Público.

Então, o meu objetivo aqui, hoje, é muito mais de juntar forças e demonstrar que o Ministério Público também está trabalhando nessa temática e que é nossa prioridade. Há um papel institucional muito forte para levar aos Promotores a informação necessária, os instrumentos necessários de trabalho.

Muito obrigada. É isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, doutora Ana Luísa. Agradeço pela contribuição e pela importante fala do Ministério Público de Santa Catarina.

Agora entraremos no bloco dos movimentos sociais e das entidades civis.

Passo a palavra ao Daniel Paz dos Santos, do Movimento Nacional da População em Situação de Rua de Santa Catarina.

O SR. DANIEL PAZ DOS SANTOS – Bom dia a todos e a todas. Agradeço a presença de vocês todos aqui, hoje, nesta audiência pública que é tão importante para nós e dá visibilidade a uma população que vem sendo marginalizada há muito tempo.

A gente vem hoje, aqui, pedir o apoio do Ministério Público para começarmos a fazer algumas ações. Ações que dêem visibilidade a toda essa violência que vem ocorrendo no nosso Estado, desde a falta de alimentação, a falta de acolhimento, a falta de moradia, a falta de humanidade que vem acontecendo dentro dessa política pública que tem instituída no nosso Estado. Nós temos uma política pública instituída, nós temos leis que não são cumpridas e nada é feito, mas elas estão aí, recebem recursos, tem recursos para tudo isso. Nós sabemos quantas cabeças de gado e quantos cachorros tem hoje dentro do nosso Estado, mas não sabemos quantas pessoas estão em situação de rua dentro do nosso Estado.

Nós precisamos doutora de ações efetivas do Ministério Público. Primeiro, fazer um censo da população em situação de rua no Estado de Santa Catarina. Segundo, de ações que contenham a violência da Guarda Municipal e da Polícia Militar contra a população em situação de rua. Aí na frente tem uma tenda, tinha umas dez pessoas dormindo nela, a Guarda Municipal foi e tirou todo mundo e jogou para a chuva. Não é culpa da Guarda Municipal, é da má administração pública, porque se tem lugares para tirar dali e botar as pessoas é uma coisa, mas tirá-las dali e botar na chuva, com frio, com fome, vendo as pessoas se alimentarem às três da tarde, quando fecham os restaurantes, que é quando tem comida para a população em situação de rua, ou ir para um restaurante popular para ser revistado, ser esculachado, ser maltratado para comer um prato de comida, não é o que a gente quer.

Nossa fome, hoje, não é mais de comida, mas sim de política pública que dê visibilidade à situação que a gente vive hoje dentro do nosso Estado, com falta de moradia. Se nós não falarmos sobre moradia, a gente não fala sobre política pública. Esses dias, pelos corredores da Alesc, eu ouvi falar: só o que falta agora mendigo querer casa! Nós não queremos casa, nós precisamos de moradias. A Moradia Definitiva, a Moradia Primeiro, o Auxílio-Moradia, são todas ferramentas para tirar as pessoas da marginalidade da sociedade, que vem hoje acontecendo com a população em situação de rua. Não aguentamos mais tanta violência por falta de política pública, por falta de moradia, por falta de alimentação, por falta de trabalho. Nós não somos bandidos, não estamos na rua porque queremos. Eu escutei em Camboriú: a gente vai lá e quer tirar eles da rua, mas eles não querem sair. Mas nos levam para dentro de



espaços para nos violentarem – violência do corpo, violência institucional, violência física. Eu me senti violentado dentro desta Casa hoje por pedir para passar um vídeo e não pode ser passado, porque é a população de rua que está aqui dentro, mas passar vídeo para mostrar que tem que ter internação involuntária dentro deste Estado, dentro desses Municípios, pode passar, mas mostrar um vídeo para dar visibilidade a nossa luta, aí não pode, tem que mandar quinze dias antes. Tem que mandar antes porque senão não pode mostrar a realidade que a gente vive dentro do nosso Estado, de violência e nada mais.

A política que teve mais investimento no nosso Estado foi a de segurança pública. Nenhuma outra teve mais investimento. E aí ficamos ao léu, de ser chutado, de tomar choque, de tomar paulada, de não ter o direito de reclamar porque se reclama não pode mais dormir no Município! Porque se te pegam uma noite o pau come! E não é balela! Porque tem pessoas aqui que estão na rua e podem dizer isso muito bem. Eu saí da rua já faz algum tempo, porque tive uma oportunidade de sair da rua e estar fora da criminalização e aí consegui ir montando parcerias e dando visibilidade para a nossa luta. Estou há doze anos dentro desse movimento, dentro dessa luta e deste Estado e pouco se avançou. Há violência gratuita, há violência por tudo que é canto, desde não ter o direito à alimentação, não ter o direito de beber água potável! Não ter o direito de tomar água potável dentro dos nossos Municípios. Não ter direito a um médico, você vai para dentro de um hospital e fica dois dias, no terceiro dia metem um pé na tua bunda e te dão uma sacola de remédios e te colocam na rua, sem condições de tomar, de fazer um tratamento. As pessoas estão morrendo dentro dos espaços institucionais, dentro de albergue, dentro de hotel. E o que é feito de nossas vidas? Nem direito a um enterro nós temos, porque vamos para dentro de uma gaveta e depois para dentro de um saco preto e acabou a história do cidadão.

Não aguentamos mais violência. Não queremos mais isso nas nossas vidas. Queremos ser tratados como seres humanos. Direitos humanos é para quem?

Essa visita, dois anos criando junto com a galera aí, para vir para Santa Catarina para verem nossa realidade, porque tem pessoas que estão dentro dos conselhos. Eu sou conselheiro nacional e toda vez que vou para Brasília eu falo da nossa situação, até que eles se encheram o saco e mandaram vir pessoas para cá, para verem realmente o que está acontecendo conosco, aqui da rua. Nós não queremos mais esse tratamento que nos é ofertado. Queremos ser tratados como cidadãos que somos. Ou por *a* ou por *b*, a rua não é espaço de moradia.

Na Praça XV de Novembro tem uma placa gigante: Não dê esmola, não dá dignidade. Em contrapartida, o que é oferecido para nós: uma política hostil, uma política ineficiente? Não. É mentira. Não tem política para nós. O que tem para nós é um restaurante popular que discrimina e que querem tirar para não dar o direito de nós comermos a alimentação que é servida lá, não para todos, para no máximo trezentas ou quinhentas pessoas e nós somos mais de mil. E essas outras pessoas que não têm direito ao restaurante popular, vão continuar vivendo do lixo? Vão continuar vivendo da caridade? Vão continuar à deriva, sem perspectiva nenhuma de vida?

Lá em casa eu falo para a galera, a rua planta e a cidade se espanta, porque somos capazes, porque somos profissionais de alguma coisa, de algum setor, de algum lugar, mas quando nós não temos a oportunidade de morar, de ter um comprovante de residência, como o Anderson Miranda falou, nós vamos ficar sempre na marginalidade, porque somos cidadãos da rua e a rua não é espaço para ninguém. Hoje sou eu, amanhã pode ser você. É o único lugar que te acolhe sem pedir documento, sem cor, sem a raça ou sem religião, você é acolhido, mas tem as suas mazelas. Ainda temos a falta de uma política pública que não nos ampara, que nos criminalize e nos maltrate.

Doutora Maria Aparecida, a senhora é maravilhosa, desde que a senhora entrou nas nossas vidas, junto com a doutora Ana Paula e com o Marquito, que está já há alguns anos conosco nessa luta, tem pessoas que olham para nós como cidadãos e não como criminosos.



A Rede Com a Rua foi uma galera que construiu, junto com o Gabriel e outras pessoas, que eu não vou lembrar para falar de todos aqui, mas quero dizer para vocês, muito obrigado por hoje estarem aqui dando visibilidade para a nossa luta, mostrando que não estamos sós e que vamos mudar essa história, porque precisamos de política pública para nos fortalecer! Para sairmos da marginalidade, sairmos desse círculo vicioso que é o Centro POP, casa de acolhimento, rua e fazenda terapêutica, que só enriquece quem tem essas entidades, só isso. Já teve duas pessoas que foram para internação voluntária e estão aí na rua de novo, mas eles continuam recebendo os dois contos que vão para eles. E esse dinheiro poderia ser investido em moradia para a população de rua, poderia ser investido em auxílio-moradia.

Enquanto a gente não se conscientizar de que precisamos falar sobre moradia e ter o apoio do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ouvidoria Pública para nós virarmos esse jogo, junto com os parceiros que a gente já tem, não é, Ivone? Que são pessoas que estão acompanhando o nosso sofrimento há anos, há décadas, e nada muda.

Então está na hora de mudança. É hora de mudança, chega de papelão, queremos habitação, queremos moradia digna, queremos poder chegar do serviço tomar um banho, fazer uma comida e dormir numa cama quente, sem ficar com medo de que a polícia venha nos bater, sem ficar com medo de crime, de ódio, que aumentou no Estado, sem ficar com medo de matarem as pessoas que estão dormindo no papelão, queimados, com pauladas ou envenenados, porque hoje estão envenenando até a pinga que o cara bebe para se livrar do “lixo” que vive nas cidades turísticas, principalmente.

Então, de novo, galera, só juntos é que a gente vai conseguir acabar com essa desigualdade dentro do nosso Estado.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, Daniel.

Passo a palavra à senhora Ivone Maria Perassa, coordenadora nacional da Pastoral do Povo de Rua.

A SRA. IVONE MARIA PERASSA – Obrigada. Eu vou fazer um reforço ao que o Daniel trouxe. Apenas para situar, nesta plenária eu estava observando e nós temos aqui uma pessoa que não vive em situação de rua, porque no seu processo se organizou com outros grupos e ocupou um espaço ocioso, isto é uma modalidade de moradia, então não vive na rua, resiste na ocupação. [*Transcrição: Marivânia Pizzi / Revisão: Vera Regina Zacca*]

Nós temos aqui duas pessoas que não estão na rua, porque já viveram o seu processo na rua, foram apoiados por redes parceiras da sociedade civil e tiveram o seu tempo de se reinserir e retornar ao mundo do trabalho e hoje não estão na rua e dão conta da sua própria vida. Nós temos aqui uma pessoa, que é o Daniel, que acabou de falar, que saiu da rua, foi apoiado por redes, fez parte de equipamentos da Prefeitura e hoje criou uma casa que acolhe vinte pessoas em situação de rua e coordena essa casa e se sustenta, a duras penas, mas está lá, é uma casa com vinte pessoas.

Vou trazer outros exemplos: uma família, um casal que estava em situação de rua, em Florianópolis, ela estava no quinto mês da gravidez e a sua barraca foi retirada – em Santa Catarina as barracas não podem permanecer na rua, porque estão ocupando espaços públicos – o casal ficou sem barraca e ela grávida. E para que ela pudesse ter o seu filho, o seu bebê numa casa, nós da Pastoral do Povo da Rua recolhemos esse casal e colocamos numa casa. Por quê? Porque através da Pastoral nós iniciamos uma ação que já existe no mundo chamada Moradia Primeiro, da rua para a moradia e a partir da moradia você vai buscar a sua rede e vai fazer o seu tratamento. Então, recolhemos esse casal, faz três dias que foram embora com um bebê de um ano, ficaram um ano conosco e voltaram para a sua terra, para sua família, resgataram os seus filhos.



Nós temos uma mulher que está em Palhoça, por exemplo, que estava num abrigo e na rua não falava, não comia, não tomava banho, comia o que davam, o que entregavam na mão e nós mesmos não sabíamos como que esse fim iria acontecer num abrigo. Depois de meses na rua e dormindo num abrigo nessa situação, nós a colocamos numa casa, a equipe de Palhoça depois de estar na casa levou para especialistas da mulher, começou a tomar medicamento e em um mês de medicamento essa mulher está empregada de novo, está trabalhando. Eu estou trazendo isso porque às vezes nos equipamentos públicos essa rotina de comer, tomar banho, lavar roupa, dormir, disputar vaga, não se percebe muito a pessoa, não se olha para estes detalhes da pessoa.

A última que não está mais aqui, está lá. Eu vou apontar, porque essa mulher para mim é uma estrela, a Ana. Ela estava na Passarela, vivia todo esse processo, o dia inteiro em volta do banho, da roupa, do remédio, da comida e a Ana, então, um dia disse para nós: me coloca numa moradia? E nós convidamos a Ana para sair da Passarela para a moradia e nos meses que a Ana ficou na moradia, fez o seu processo e olha que mulher linda que nós temos na nossa frente, emancipada, recuperou (*palmas*). A Ana é resultado da moradia, porque a partir da moradia a Ana passa a se olhar melhor, a se amar, recupera a sua família, recupera os seus vínculos, os seus sonhos e a sua profissão. Então é uma escolha do Município investir muito dinheiro em paliativos ou investir em muitas pessoas na reestruturação ou na estruturação de vida. E eu esqueci de citar que nós temos uma pessoa aqui que não está na rua porque está no aluguel social. Então trago várias formas dessas pessoas saírem da rua. O Município tem várias possibilidades para investir numa política pública que seja estruturante dessa vida. Agora, se o Município não entende, não acredita e não faz, ele vai investir muito dinheiro em paliativos. A Passarela que nós temos é paliativa, as casas de apoio é paliativa, os albergues é paliativo, nós sabemos disso, isso é em nível nacional.

O que nós queremos? Eu não vou demorar muito, quero sugerir a esta Casa que discutam internamente, que discutam com o governo políticas públicas e estruturantes como moradia, qualificação profissional, geração de trabalho e acompanhamento. Não basta somente o trabalho, não basta somente a moradia, não basta somente a qualificação porque a pessoa volta para a rua. Moradia, qualificação, inserção no mundo do trabalho, geração de renda e acompanhamento têm que caminhar juntos. Então, que se discuta nesta Casa estes itens de forma agrupada e não de forma separada, que se traga para Santa Catarina seminários que discutam políticas estruturantes. Nós investimos muito tempo discutindo internação involuntária, isso forma um pensamento e aí vira modelo nacional. Nós ficamos muito tempo discutindo os riscos que a sociedade corre porque as ruas estão infestadas de riscos e as pessoas colocam a população em risco. E isso se discute aqui internamente, se discute na Câmara, isso forma pensamentos. Então sugiro também que se traga para cá seminários.

Eu vou falar até num tom um pouco pejorativo, nós gostamos e isso é muito típico porque o Estado é predominantemente uma população de origem europeia e nós vamos buscando modelos europeus, trazendo para [cá] como se fossem, às vezes, alguns modelos que vamos seguindo e vamos imitando. Tem um modelo que eu queria trazer para que nós seguissemos: a política pública de moradia, que é o programa Moradia Primeiro, chamado Housing First, é americano e iniciou em 1990, 1991. Vamos trazer para cá, para nós conhecermos, para nós estudarmos e se gostarmos para nós implantarmos.

Nós estamos na Capital, população açoriana, população de origem portuguesa, maioria nossa raiz. Portugal, é um dos países com a maior força, maior exemplo de êxito nos programas de moradia com população em situação de rua. Vamos trazer para discutir aqui dentro, chamando seminários. Trago isso como proposta para que nós se unamos. Aqui temos várias organizações e instâncias governamentais que têm acesso



ao Governador é preciso que o Estado crie o seu comitê de monitoramento, porque se o Estado não criar, isso cresce de forma à revelia pelo Estado afora.

Deixo duas sugestões: que é a criação de seminários para que se possa fazer debates sobre as políticas públicas estruturantes e programas de moradia nas diferentes modalidades; e a implantação do Ciamp estadual, porque penso que isso é uma necessidade urgente para dar conta de monitorar toda essa situação.

Agradeço este momento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Daniel Fernando Fischer Lomonaco, psicólogo e membro da Frente Parlamentar da Saúde Mental de Santa Catarina.

O SR. DANIEL FERNANDO FISCHER LOMONACO – Boa tarde a todos e a todas.

Gostaria de agradecer a oportunidade de poder estar aqui, agradecer as pessoas presentes e também a comitiva que veio aqui fiscalizar de perto o que nós já viemos há algum tempo via Frente, via outras entidades analisando e trazendo à tona a realidade aqui no Estado.

Ouvindo vocês nós escutamos muito do Estado de Santa Catarina como um Estado muito acolhedor da migração, basicamente os companheiros e companheiras estão falando de Blumenau, e isso pensando na dificuldade do Estado de lidar com a diferença, também é uma cidade construída a partir da exclusão do Xokleng, então acho importante colocarmos isso.

Recentemente estive na UFSC e comprei aqueles livrinhos de promoção por R\$ 5,00 e encontrei uma obra-prima sobre o projeto de higienização da cidade, de 1920, na qual nasce a ocupação dos morros das cidades aqui de Santa Catarina. Então, há cem anos que o Estado vem tentando de alguma maneira – e essas pessoas eram as pessoas portadoras de doenças, mas também já naquela época os ditos vagabundos, alcoólatras e afins – excluir essas pessoas, tentando tirar do mapa. Então, nós viemos lidando com uma realidade que não é de hoje.

A partir também de algumas análises, pulando um pouco essa introdução, o Ministério Público e outras entidades aqui do Estado vêm nos ajudando, os movimentos sociais também, a identificar determinadas questões. Nós temos alguns documentos – depois se o Conselho Nacional quiser ter acesso também vai estar disponível – relacionados aos vazios territoriais de acesso socioassistenciais aqui no Estado. Então são completos vazios dentro das regiões nas quais o Estado é dividido, sem nenhum acesso a cuidados de saúde mental, à assistência social e afins.

Quero bater nessa tecla, o companheiro Daniel já falou, mas também cobrar essa questão da Casa do Povo catarinense, do Poder Legislativo. Aqui no Estado temos um programa que se chama Programa Renascer, muito semelhante àquele que ficou conhecido no Estado de São Paulo como Recomeço. Esse programa está desde 2015 financiando, com dinheiro público do Estado, as comunidades terapêuticas e esse dinheiro vem do Poder Público e também de muitas emendas de Parlamentares desta Casa. Temos percebido que esse dinheiro não é fiscalizado, como o companheiro falou, as pessoas são internadas, ganham dinheiro para um mês, passa uma semana e esse dinheiro fica nessas instituições. Então, que nós pudéssemos pensar na criação de mecanismo que possamos estar fiscalizando, o Tribunal de Contas da União e do Estado são parceiros nesse ponto, mas que possamos estar cobrando também os outros Parlamentares que têm financiado por emendas Parlamentares essas instituições e que, de fato, tem auxiliado todo esse processo de higienização das nossas cidades aqui do Estado de Santa Catarina.

Outra questão muito grave – o companheiro que está no governo também poderia nos ajudar com esse recado – é essa questão do duplo financiamento, nós acabamos falando muito do Estado, mas que ao mesmo tempo muitas dessas pessoas estão em situação de ruas e quando vão para as comunidades terapêuticas acabam sendo financiadas também pelo governo federal. Então, o que temos buscado aqui via



Ministério Público é encontrar essas pessoas e as instituições que têm feito esse duplo financiamento, ou seja, primeiro seis meses o Estado paga e os outros seis meses quem paga essas instituições é o governo federal. Temos visto esse aumento do tempo de duração das internações justamente para ficar com esses financiamentos, seja em nível estadual ou federal. Então se pudessemos pensar um pouco como atingir... o Promotor Douglas já vem mapeando um pouco dessas instituições e como tem sido feito isso e que nós pudéssemos, também, se ater a essas questões desse duplo financiamento, isso não é algo à parte, mas algo que vem se generalizando no Estado.

Outra questão, que me parece de suma importância, eu que faço parte do Comitê de implantação da Lei 10.216 no Poder Judiciário, que está conhecida pela questão do fechamento dos HCTPs, se a situação já é grave pensando nessa questão da rede dentro do debate o que temos pensado para incluir essas pessoas, a situação segue dramática, nós acabamos se resumindo, simplesmente, como foi muitas vezes reiterado aqui essa questão, de um olhar da Saúde e da Assistência Social, esquecendo de muitos outros aspectos da reinserção social dessas pessoas, seja via trabalho ou moradia. Estamos há quatro meses sem reunião, coordenado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, então, há quatro meses não estamos conversando a respeito da implantação dessa política no Estado, estamos, diríamos, de uma maneira muito crua, não estamos avançando, o Estado não tem demonstrado a mínima postura, os próprios Secretários que eram para estarem presentes, não estão presentes nesses lugares, não têm contratado funcionários para novas equipes, funcionários da rede de saúde e de saúde mental, estão sendo transferidos para esses pontos, então, o que já é escasso vai continuar mais escasso. Acho que temos que pensar nessas iniciativas também.

Por fim, representando também o campo da saúde mental, acho que é um pouco isso, muitas vezes essa questão das pessoas em situação de rua vão muito interlaçada com a questão do consumo problemático, com a questão da própria saúde mental, acho que temos que estar atento a isso. Aqui no Estado e também em nível nacional vemos pouco, quase nulos investimentos e venho aqui falar que a dívida da reforma psiquiátrica com as pessoas, os usuários da saúde mental, os *experts* por experiência dos sobreviventes da psiquiatria é muito grande. Não temos nenhum incentivo às associações que promovem autonomia dessas pessoas, que elas não fiquem girando nessa porta de entrada e saída, como a companheira falou do sistema socioassistenciais, que elas não virem linha de cuidado. Porque o que temos visto é a formação de pessoas que vêm desde o antigo orfanato, diríamos, que é conhecida mais para os adolescentes e crianças, que vão para a Fundação Casa, dali para manicômio, para a comunidade terapêutica e não acaba se desvinculando dessa rede da saúde da assistência social. Que nós pudéssemos também ter um olhar específico para estimular ações do Movimento PopRua, vocês viram aqui e o Daniel sempre convida as pessoas a conhecerem o projeto dele em Palhoça, no qual...

(Manifestação fora do microfone inaudível.)

Em Antônio Carlos, perdão, que tem acolhido pessoas. Acho que muito mais do que nós queremos mostrar o que é para ser feito, as pessoas, os sobreviventes da psiquiatria, os sobreviventes da rua, eles têm o caminho, o que falta é incentivo público, fiscalização. Há opção política do Estado de Santa Catarina e claramente a opção política do Estado não é para beneficiar políticas públicas, mas, sim, políticas públicas de exclusão como são feitas as comunidades terapêuticas. Tem muito dinheiro envolvido, não é ausência de dinheiro, de fato, a questão é o direcionamento da verba. Vamos estar atento a isso.

Para finalizar, novamente, acho que tem algumas provocações a serem feitas, o tempo é escasso, mas também que pudéssemos pensar principalmente esses mecanismos de fiscalização permanente. Uma questão que é um calcanhar de Aquiles desta Casa, que é a implantação urgente do mecanismo de combate à tortura no Estado de Santa Catarina. Primeiro eu vi um comitê, mas por alguns motivos e por



alguns tempos que eu venho escutando essa briga que já é de longa data. Precisamos comprar essa briga, Marquito, acho fundamental a implantação urgente do comitê de combate à tortura e prevenção no Estado de Santa Catarina.

Obrigado pela oportunidade, é um prazer estar com vocês e fico à disposição. (*Palmas.*)

(*Manifestação fora do microfone inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Obrigado, Daniel.

Passo a palavra ao André Schafer, do Movimento Nacional de Lutas em Defesa da População em Situação de Rua.

O SR. ANDRÉ SCHAFFER — Bom dia.

Primeiramente quero agradecer a toda movimentação das lideranças do Estado, dos usuários, do PopRua, porque para ter uma Comissão Nacional de Direitos Humanos, muita gente botou a cara, sabe? Muita gente fez denúncia, para depois agradecer a Defensoria, a Ouvidoria. Existe uma escala aqui e temos que entender que, para ter chegado essas denúncias, essa galera que denunciou sofre violência, surta.

Eu não tenho muito o que falar, porque eu acho que já foi falado. [*Transcrição: Djonathan Costa / Leitura: Grazielle da Silva*]

Na verdade, eu acho que o Município criou uma rede de criminalização contra a população de rua junto com as mídias, junto com o Floripa Mil Grau, junto com o Prefeito, junto com os Vereadores de direita, e a própria sociedade civil criou uma rede de cuidados, sabe? É nisso que estamos falando há muito tempo.

Eu vou fazer uma fala que eu não tenho vergonha nenhuma, eu tenho vergonha do que fiz. São 48 processos e 7 anos preso na penitenciária. Em 2001 fui preso por tráfico, faz 12 anos que eu não cometo nenhum crime e sou atacado todos os dias. Eu fui atacado por uma Vereadora que estava aqui, que falou: como que um traficante recebe uma medalha? Eu sou obrigado a fazer essa fala. Se ela fez essa fala, ela não pode estar discutindo sobre população de rua, porque o nosso papel aqui não é liderança, mas, sim, de agente transformador, e eu tenho o maior orgulho de falar que eu estou no meu processo de transformação. Dois dias depois ela atacou: como que um traficante recebe... Não, eu não sou traficante. Eu já trafiquei, não tenho vergonha nenhuma de estar falando sobre isso, mas eu tenho o maior orgulho de falar que são 12 anos fazendo o que o Estado não faz, porque se hoje eu estou em uma moradia e se hoje eu discuto política pública, não foi por causa da Guarda Municipal, não foi por causa do Estado, não foi por causa da PM, mas, sim, por conta de uma rede de cuidados, porque se não tivesse essa rede de cuidados, eu estaria quebrando tudo. São 12 anos que eu não surto e sou atacado todos os dias. Eu trabalho todos os dias oito horas, à noite, tomo conta do meu aluguel. Isso tem que ser dito e é sobre isso que nós falamos há anos para o Poder Público criar uma rede de cuidados. Existe um processo de transformação, só que não é no tempo do Estado, mas do próprio sujeito de direito. Hoje eu entro em vários espaços onde eu era proibido de entrar, mas não é pelo André Schafer, sabe? É pelo que aconteceu lá fora, porque quem pode falar sou eu. A minha companheira surtou, como qualquer um aqui pode surtar, porque ela recebe violência de todas as partes: do companheiro, do Estado, da Polícia, da Guarda, da população de rua. E quem acolhe ela? Quem cuida de quem cuida? Nós somos lideranças que estamos direto na ponta e somos atacados todos os dias.

Então, não tem segredo é criar uma rede de cuidado, o que o Estado não vai fazer, o que o Município não faz, porque a partir do momento que não tem bica d'água, a partir do momento que não deixa o cara dormir... se eu falar aqui vão me chamar de mentiroso, mas é o que acontece na madrugada: jato de água, né? Guarda Municipal expulsando população de rua...

(*Participante não identificado manifesta-se fora do microfone: "Verdade."*)

Podem dizer: ah, mas é mentira, Schafer. Está tudo certo! O PopRua todo mente, então está tudo certo! Isso se chama política do desconforto.



Falar que todo mundo que está na rua tem transtorno mental, como é que não vai ter, pô? O cara dorme na marquise: Ah, mas ele usa droga, assim como um jovem branco milionário também usa, mas ele só não surta, porque ele tem para onde ir, ele só não está magro, porque ele tem uma geladeira cheia, mas ele é patrocinado pelo dinheiro do papai e da mamãe. E é sobre isso que nós queremos falar, como que o cara não vai surtar!? Que rede de cuidado é essa, que a mesma PM que bate no cara é a mesma PM que quer fazer o processo de acolhimento? Não existe acolhimento com segurança pública, ponto (*palmas*). Não tem como o cara receber a Guarda Municipal, com todo o respeito, dando um sorriso, com dois, três fuzis, ele já intimida.

Não há como ficar tranquilo se no Restaurante Popular tem uma abordagem. Qual é a justificativa de botar todo mundo no paredão? Parem, isso é palhaçada! Vê se fazem isso lá no Pier 12? Não fazem, passa um pano ainda para os caras porque se não passassem pano iriam prender mais de trezentas pessoas alcoolizadas. O papo é reto! Nós estamos falando. Quem está falando aqui é um cara que já teve no corre, no crime. A segurança pública não me mudou, foi à rede de afeto e de cuidado, eu estou falando isso! São sete anos preso, eu não estava nem aí para a PM e para a Guarda Municipal, era cadeia, rua. Eu mudei pelo acolhimento, pelo afeto, porque o afeto reduz danos, é básico, e é isso que não querem. (*Palmas.*)

Eu sei que meu tempo acabou, mas nós lutamos bastante tempo para ter essa Comissão, nós lutamos bastante para ter o governo federal aqui, para que o Poder Público ou que a gestão, ouvissem uma fala de quem está de fora, e é capaz de questionarem, porque questionam até o STF, questionam até a política pública. Já ouvi essas falas: ah, porque a política pública não é bem assim. Bom, com achismo não funciona.

Então, eu repito, se fosse só segurança pública... Meu pai é militar da Base Aérea, eu sofri violência desde os meus 9 anos, eu fui estuprado. Então, não foi apanhando, não foi com rigor que eu mudei; são 22 comunidades terapêuticas; 14 compulsórias, de 6 meses a 9 meses; e 5 anos como coordenador terapêutico. Eu sei do que eu estou falando. Eu cresci à base de porrada! São Lucas com 14 anos! Não é com fuzil, nem com farda, é com uma rede de política pública, onde tem a farda também, mas não sendo essa a primeira fala. É sobre isso que estamos falando, porque eu não sou só população de rua, eu também sou população carcerária, sabe? Prende, solta o cara, saí de lá às sete horas da noite, com uma roupa toda apertadinha e ele vai para onde? Para a passarela e se ele não for para a passarela ele volta para o corre. Ah, mas ele escolheu. Isso não é escolha, isso se chama necessidade, que é diferente. Então, o Estado também produz, o Estado tem que ser responsável.

Foi com olhar de cuidado da dona Ivone, do padre Vilson, que eu tive esse processo de transformação. Eu moro em uma casa hoje onde faço parte da Rede Com a Rua, e é sobre isso que a Rede Com a Rua também fala, sabe? Eu moro quatro anos e meio numa casa, eu sou vinculado com o CRAS, mas até hoje eu não consegui os direitos que me garantem dentro do CRAS, como o meu cartão, isso e aquilo.

Então para quem acha que é só meter segurança pública, não é. É rede de cuidado, porque afeto reduz danos.

Um bom-dia para vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, Schafer, pela contribuição.

Nós estamos anotando os encaminhamentos. Teve a fala também da Senadora Ideli, que iremos falar depois no microfone para ficar registrada.

Agora vamos abrir o último bloco de cinco minutos.

Passo a palavra ao Comandante Andrey Vieira, da Guarda Municipal de Florianópolis.

O SR. COMANDANTE ANDREY VIEIRA – Boa tarde a todos e a todas, obrigado pelo convite, Deputado.



É sempre importante ter a segurança pública junto e ouvindo esse lado também, porque às vezes mostramos o nosso lado, mas é importante estarmos sempre participando para saber a opinião de vocês.

Muitas falas aqui que eu ouvi achei que seriam diferentes, até pela Guarda Municipal, que hoje já tem outra postura, quem é aqui de Florianópolis já conhece, a Guarda Municipal sempre tenta ser de uma forma muito educada, pelo menos é o que eu vejo.

Como Comandante eu estou há vinte anos na rua, então já teve...

(Oradora não identificada manifesta-se com gargalhadas irônicas.)

Pode ser engraçado se a senhora não está na rua, mas eu vejo hoje uma postura bem diferente. É sobre isso que vimos lutando, né?

Eu quero mostrar também o meu ponto de vista, como eu vi aqui o de vocês, e realmente eu me sensibilizo, porque sabemos que é um ser humano, sabemos que são pessoas que realmente precisam de um acolhimento, isso tudo entendemos, tanto é que hoje trabalhamos com assistente social, fazemos as abordagens como foi falado aqui: tem uma barraca com nove pessoas ali, alguém reclamou. Realmente não pode colocar em via pública. Não vamos ali tirar e colocar na chuva. Parece que a Guarda foi ali empurrou todo mundo para chuva e acabou, não. Nós vamos ali, damos assistência, perguntamos se a pessoa quer ir para a passarela ou para algum órgão da Prefeitura que pode ajudar, mas não, essa pessoa prefere ficar ali na rua. De uma forma ou de outra, se está faltando alguma coisa ou não, eu estou falando do olhar de segurança pública.

Hoje vemos a Prefeitura de Florianópolis realmente preocupada com essa situação...

(Orador não identificado manifesta-se com gargalhadas irônicas.)

...tanto é que tem muitos projetos, quem quer ouvir ou não, se dá resultado ou não, mas estão tentando, vemos isso claramente. E a Guarda Municipal, como foi dito aqui que ela tira o pessoal com jato de água, mas não é assim. Hoje eu posso mostrar para vocês em relação... A se colocar também no lugar da segurança pública, né? Somente neste ano de 2024, foram 1.045 ocorrências, envolvendo pessoas em situação de rua, sendo que está sendo gerado na nossa central e temos que resolver de alguma forma esse problema, onde uma pessoa também ligou e está ali no seu comércio, na sua residência, uma pessoa com deficiência querendo andar pela calçada e não consegue, porque tem uma pessoa dormindo ali. Então a Guarda Municipal é acionada e de qual forma vamos agir? Essa pessoa vai permanecer na frente da porta de um condomínio, de uma casa, na frente de um comércio, onde precisa abrir para chegar os seus clientes? Como é que a Guarda Municipal trabalha? Também queremos entender de que forma vamos agir.

Eu estou aqui mais para ouvir e dizer que a Guarda Municipal está aqui para estarmos juntos realmente, para darmos segurança. Nós não estamos do lado contrário, estamos do mesmo lado, mas a Guarda Municipal tem a sua função de proteger, de dar segurança, de colocar ordem. Esses dados são somente os da Guarda Municipal, tem mais os da Polícia Militar. Somente este ano, nesses quatro meses, foram vinte mandados de prisão em aberto e isso que não abordamos todos, abordamos somente o que realmente está sendo necessitado pela Guarda Municipal. Então para podermos também separar quem realmente está para o crime, quem realmente precisa de acolhimento.

Eu quero dizer aqui que vocês podem contar com a Guarda Municipal, eu sei que é difícil por todos os anos que já se passaram, onde teve muita violência entre polícia, enfim, mas não é essa a ideia, tanto é que eu estou vindo aqui. O Marquito sempre que convida eu faço questão de vir, para receber mesmo essa porrada dizendo assim: pô, a Guarda tem que melhorar! E estamos aqui para melhorar realmente.



Então eu quero dizer que não só a Guarda Municipal, mas a Prefeitura de Florianópolis também está preocupada com tudo isso e podem contar conosco. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, Andrey.

Passo a palavra à Maria Aparecida Caovilla, da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

A SRA. MARIA APARECIDA CAOVIALLA – Bom dia a todos, a todas e a “todes”.

Eu quero cumprimentar o Deputado Marquito, da Comissão de Direitos Humanos e agradecer por este momento importantíssimo na vida das pessoas em situação de rua, do Estado de Santa Catarina.

Eu quero cumprimentar mais três pessoas, a dona Ivone, o Schafer e o Daniel, que são as pessoas das quais nos primeiros passos de construção da Ouvidoria-Geral Externa da Defensoria Pública de Santa Catarina nós tivemos contato e a partir de julho, de 2022, passamos a construir e fortalecer espaços de maneira que pudéssemos chegar até aqui.

Eu quero agradecer a Comissão que se formou para a missão nacional de direitos humanos aqui em Santa Catarina e também quero agradecer na fala do representante policial que disse que nós estamos aqui para melhorar. Tem uma música que fala justamente isso: “vivemos esperando dias em que seremos melhores, melhores na dor, melhores no amor, melhores em tudo.” Hoje o que estamos presenciando aqui é justamente isso, a possibilidade que temos de sermos melhores, a possibilidade que temos de enxergarmos o outro como um ser humano igual a cada um de nós.

Eu reitero todas as falas proferidas na manhã de hoje aqui e não vou me estender por conta do tempo, mas quero colocar a Ouvidoria-Geral Externa da Defensoria Pública junto com todas, todos e “todes”, fortalecendo ainda mais o trabalho que a Defensora Ana Paula vem fazendo no Núcleo de Cidadania de Direitos Humanos e a Defensora Mariana, do Núcleo Regional do Estado de Santa Catarina de Direitos Humanos, Defensoria Pública da União, não é porque a Ouvidoria é da Defensoria Pública do Estado que nós não podemos trabalhar com a Defensoria Pública da União. O que nós propomos é construirmos enquanto gente, gente que aprende a trabalhar junto, gente que quer construir alteridade, empatia é muito importante, mas alteridade é maior do que isso tudo, é respeitar o outro naquilo que ele é, naquilo que ele se propõe a fazer enquanto ser humano, a exemplo da fala do Daniel e do Schafer.

A Ouvidoria-Geral Externa da Defensoria Pública tem esse papel de fazer o diálogo, de fazer a interlocução, de ajudar a construir políticas públicas para melhorar a vida da população, especialmente daquelas mais vulneráveis e que sofrem graves violações de direitos humanos, como nós vimos durante toda esta semana.

Muito obrigada ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, nas pessoas aqui já citadas pelo protocolo, muito obrigada a esta mesa que brilhantemente falou e muito obrigada pela presença de todos, todas e “todes”, especialmente da população em situação de rua, que é essa gente valente, guerreira, que não arreda o pé. Juntos todos, todas e “todes” vamos construir um horizonte melhor.

Muito obrigada. *(Palmas.)* [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura: Rafael José de Souza]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, doutora Maria Aparecida.

Eu passo, agora, a palavra para Cecília Galício, que é conselheira do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad).

A SRA. CECÍLIA GALÍCIO – Boa tarde a todos, a todas e a “todes”. Meu nome é Cecília Galício, sou advogada, e represento a sociedade civil a partir da Rede Jurídica pela Reforma da Política de Drogas no Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas.

Como foi dito, o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas também participou, conjuntamente com o Conselho Nacional de Direitos Humanos, nessa missão a partir da nossa consciência, dessa inexorável intersecção que temos entre a



temática da população em situação de rua e o uso de substâncias, sendo que, não raro, essas duas situações convergem para um estado de vulnerabilidade ainda maior. E na ausência de políticas públicas eficazes culmina, fatalmente, em violações de direitos humanos.

A atuação do Conselho Nacional de Política sobre Drogas vem aqui visando à conscientização de que para a construção de uma política sobre drogas é preciso um amplo debate social a partir da efetiva participação dos destinatários dessas políticas, ou seja, não tem como criar políticas públicas sobre drogas sem escutar os destinatários das políticas, assim como também os trabalhadores da rede, ou seja, não só os usuários dos serviços, mas também os trabalhadores, coisa que não vimos nessa visita.

Eu gostaria de fazer uma pequena introdução para que fique muito claro que o problema das drogas é um problema global. O tráfico internacional de drogas acontece desde que nós começamos com as navegações pelo mundo. A partir das Guerras do Ópio, no século 19, convenciamos que a matéria das drogas deveria ser tratada de uma maneira global, porque esse é um fenômeno global e também porque o uso de substâncias que alteram a consciência é um fenômeno humano, do qual nós não podemos nos desgarrar.

Então, é a partir desse compromisso internacional que nós temos as convenções internacionais sobre drogas a partir de 1961, das quais o Brasil é um país signatário. Inclusive essas convenções orientam a nossa Lei 11.343, de 200, que é a Lei de Drogas, que prevê a observância a essas convenções internacionais, vai impor um Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, que é o Sisnad, que vai estar detalhado no Planad, que é o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas, bem como a partir das orientações e das observações do Conselho Nacional de Política de Drogas. Isso é só para ilustrar essa complexa cadeia de normas que envolvem essa pauta.

Para além das gravíssimas questões que foram levantadas nas visitas, que ultrapassam e muito o debate sobre a questão de drogas, mas que não deve ser desconsiderada, porque o preconceito e a violência nascem dessa premissa de que as pessoas que estão na rua estão em situação de rua por conta do uso de drogas e que, por outro lado, o usuário de droga deve ser punido, seja com multa, seja com violência, seja com prisão, que é o que temos visto. Temos um sistema prisional que chega ao estado de coisas inconstitucionais e essa população carcerária aumentou a partir da Lei de Drogas, então é com esse fenômeno que também temos que observar essa questão do encarceramento de pessoas por conta da Lei de Drogas.

O que nós vimos nessa missão, e agora aqui já partindo para uma conclusão, é que tem não só uma legitimação pública que acontece a partir da divulgação desses vídeos feitos nas redes sociais por representantes dos Poderes Públicos, principalmente dos da área da segurança, mas também pelo Executivo, legitimando uma política violenta, literalmente. O que nós vimos aqui é uma legitimação a partir do discurso das autoridades de que a população de rua pode, deve ser violentada nos seus direitos. Também tem uma coisa muito grave que é uma tentativa, por vezes exitosa, da maioria dos Municípios de legislar sobre uma matéria que já está tratada na lei federal sobre drogas. Então são criadas novas situações visando assistência, mas que culminam em punições, sejam elas por parte da saúde, da assistência, da droga e de outras questões. Ou seja, os Municípios avançando na sua competência para legislar numa pauta, e não só legislar, né, na verdade avançando numa pauta para promover violência e violação de direitos humanos.

No caso da Lei de Drogas, o problema vai envolver não só violações graves no direito à liberdade, como é o caso das internações involuntárias, o que contraria toda a lógica da luta antimanicomial que já está consolidada no Brasil, como também no caráter penal dessas sanções, que é o caso das multas, ultrapassando a competência legislativa e resultando na duplicidade. Em última análise vai convergir para o que a conselheira Ana Paula falou, que é um sucateamento das políticas de Estado, que



estão sendo recorrentemente substituídas por políticas de governo ineficazes, não fiscalizadas e cruéis.

O relatório vai apontar ao final, expressamente, essas orientações, mas se pudermos falar alguma coisa aqui seria no sentido de orientar o Poder Público para proceder ao fortalecimento da participação social na construção das políticas públicas a partir dos Conselhos, porque nós não conseguimos ver a atuação dos Conselhos Municipais de Drogas em nenhuma das situações nas quais estivemos, e é só a partir da participação social que vamos permitir a fiscalização, o controle e o aprimoramento das políticas públicas.

E, por fim, o Conselho Nacional veio aqui falar sobre drogas, mas, na verdade, identificamos a necessidade de falar sobre cidadania e direitos humanos. E quero lembrar também, a pedido do nosso secretário Bernardo, que às 16h teremos a coletiva de imprensa na Defensoria Pública.

Era isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, Cecília. Excelente.

Passo, agora, a palavra à Elaine Sallas, conselheira do Conselho Municipal de Direitos LGBT, de Florianópolis, pela Mudiá Coletiva Visibilidade Lésbica.

A SRA. ELAINE SALLAS – Boa tarde a todas as pessoas. Acho que esta deve ser a décima vez que eu ocupo esta tribuna para falar de política pública.

Eu quero dedicar este momento especificamente para a Aline Sales, que tem nome e CPF, porque com os seus gritos e com todas as violações dos direitos humanos que sofreu durante os seus mais de quarenta anos de vida, é uma sobrevivente. Então esta minha fala é dedicada a ela (*palmas*), que também é uma liderança do Voz das Manas, que inclusive estava escalada para falar aqui, mas já explico a situação.

Vamos lá. No dia 18 de maio de 2020 o movimento social 8M protocolou um documento para a Secretaria Municipal de Assistência Social, para o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim/SC), para o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (Comdim), para a coordenadora Municipal de Políticas Públicas da Mulher, para a presidência do Conselho de Assistência Social de Santa Catarina, para a Coordenadoria da Vigilância Socioassistencial, para o Geagi, que é a Gerência de Monitoramento e Avaliação do Suas, para a Desembargadora titular da Coordenadoria da Mulher no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para a Defesa Civil, para a chefia da Defesa Civil, aos Vereadores, inclusive o Marcos Zé de Abreu, Marquito, era Vereador na época, à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e da Promoção da Igualdade de Gênero, da Câmara Municipal, ao Ministério Público e à Defensoria Pública do Estado. Esse documento foi enviado um mês e meio depois que foi criada a Passarela da Cidadania, bem durante a pandemia, em função de uma denúncia da nossa companheira Aline Sales sobre as violações de direitos humanos que já aconteciam um mês após ter sido criado aquele equipamento, que está fora da sua tipificação dentro do Suas e que continua sendo um remendo de política pública, o qual se tinha notícia que iria acabar, mas que não acabou, virando aí o grande remendo que, em tese, da conta do problema das pessoas em situação de rua.

Então nesse dossiê (*mostra documento*), e quem me conhece já está careca de saber que ele existe, foi juntado tudo o que aconteceu em 2020 em relação às pessoas em situação de rua na cidade de Florianópolis. E eu aproveito este momento para chamar o assessor técnico do Conselho, o Bernardo, para entregar oficialmente esse documento a fim de que o Conselho Nacional saiba tudo o que tem aqui de relatório de violação de direitos humanos na Passarela da Cidadania, desde o ano de 2020. Nós estamos alertando, enquanto movimento social, que desde 2020 tem problemas gravíssimos acontecendo na cidade de Florianópolis.

(*Procede-se à entrega do dossiê ao senhor Luís Bernardo Bieber, assessor técnico do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Palmas.*)



Estão à disposição de vocês os relatórios, os acompanhamentos, não apenas do movimento social, mas de diversas entidades, da Defensoria, do Ministério Público, entre outras pessoas da época interessadas nessas questões.

Mas, hoje, eu venho aqui falar também da questão das violações dos direitos das pessoas LGBT na cidade de Florianópolis, principalmente aquelas acolhidas ou peregrinas no processo da Passarela da Cidadania, que não era para existir, não é? Tem um Centro POP, que era para acontecer e essa é a política de tipificação, Casas de Acolhimento... Essas são as políticas de tipificação, não um lugar... E eu me lembro nessa última passagem que eu estive ali na segunda-feira, junto com a comissão, que é uma mistura de Carandiru com os piores manicômios brasileiros que já tivemos na história. Essa é a sensação que eu fiquei ao passar por aquele lugar. Paredes são feitas de gesso, porque eles não se dão ao trabalho nem de colocar concreto; camas que são disponibilizadas para as pessoas dormirem à noite sem lençol; no caso das pessoas LGBTs, banheiros que são coletivos e não têm nenhum tipo de cuidado com a intimidade dessas pessoas. Para nós que não vivemos essa realidade é muito simples, você quer beber água, você vai, pega um copo de água e bebe, mas essa não é a realidade das pessoas em situação de rua.

O que mais me chamou a atenção – e talvez eu passe um pouquinho só do tempo – nessas visitas, aos espaços que estivemos na segunda-feira foram os olhares das pessoas. Os olhares baixos quando passavam perante os educadores sociais dentro da Passarela, os olhares de desespero das pessoas idosas, acamadas e sem nenhum tipo de perspectiva de acordar no dia seguinte. Essa foi a frase que eu escutei sobre a realidade daquele hotel, que em 2020 foi contratado para acolher pessoas em isolamento da Covid e hoje também virou um remendo de política pública. Ele é escuro, é sujo, as baratas andam em todos os lugares, como já foi dito aqui, inclusive nas paredes, e está cheio de crianças que deveriam estar na escola, crianças que deveriam estar nas creches e estão numa situação de desumanidade gigantesca (*manifesta-se emocionada*).

Eu me emociono muito, porque é muito difícil pensarmos que como ser humano nós permitimos, todos nós aqui, e continuamos permitindo que isso aconteça, mesmo denunciando as políticas, mesmo denunciando as violações o tempo todo. Então, que saíamos desta missão com a responsabilidade de transformar o que está acontecendo nesta cidade.

O custo de uma pessoa dentro daquele hotel, por dia, para a Prefeitura é de R\$ 200,00, se ela ficar trinta dias dentro daquele hotel, custa R\$ 6 mil para a Prefeitura de Florianópolis. Minhas senhoras e meus senhores, vocês acham que com esse valor não daria para fazer muita coisa diferente, como, por exemplo, pagar um aluguel social para que essa pessoa possa...

(Manifestação fora do microfone inaudível.)

Não é? Mas se não bastasse, descobrimos pelo Conselho Tutelar que a última portaria lançada pela Assistência Social é que o aluguel social só vai acontecer em situação de calamidade pública. Olha só, como continuamos perversos enquanto gestão pública municipal de assistência social.

Eu teria inúmeras coisas para fala, mas eu gostaria só de destacar duas questões que são imprescindíveis para nós, do movimento feminista e do movimento LGBT: que conste no relatório de vocês, Anderson, Ana Paula, Bernardo, Darcy – e obrigada pela vinda de vocês, para que não pareça que somos loucos ao denunciar o que acontece em Florianópolis – que existe em Florianópolis uma política para uma Casa de Acolhimento LGBT, que foi escrita pelo movimento social do qual eu faço parte, pois existe, via Ministério dos Direitos Humanos, o Acolhe Mais, que é um projeto para a criação de Casas de Acolhimento para Pessoas LGBTs.

Então existe lá em âmbito federal e existe no Município e nós precisamos que isso saia do papel, que exista essa casa. Hoje na Passarela nós temos 25 pessoas LGBTs que estão em acolhimento, fora toda a outras que passam por situações de



violências familiares na rua, dentre outras. E a Jenifer está aí para nos dizer todos os dias e nos lembrar o que é a violência que as pessoas em situação de rua passam.

Então espero que consigamos recomendar, no relatório que vocês vão fazer, a criação de uma forma urgente dessa Casa de Acolhimento LGBT aqui em Florianópolis, porque acredito que ela vá acolher também boa parte das pessoas LGBTs do Estado que, porventura, passem por aqui. E outra coisa que eu gostaria que constasse no relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos é que a política punitivista que acontece aqui, as agressões da Polícia Militar, da Guarda Municipal, a violência notória na abordagem às pessoas em situação de rua, só acontece por uma ausência total de gestão de política pública, porque nós estamos avisando desde sempre desses processos. E que nesse relatório conste que o Movimento das Pessoas em Situação de Rua tem condições e capacidade de fazer uma formação para os agentes públicos sobre como acolher de forma humanizada as pessoas que estão em situação de rua. Se não forem essas pessoas a dar formação para as pessoas que estão na rua enquanto agentes da Segurança Pública, eles nunca vão entender o que elas passam.

O que o Schafer contou aqui é 1%, é a história de uma pessoa nessa situação, mas nós temos muitas histórias, nós estamos falando de pessoas, nós estamos falando de histórias. E o Secretário Municipal de Segurança Pública do Município está aqui e não me deixará mentir: desde quando nós pedimos que os movimentos sociais façam formação junto à Segurança Pública? Em 2017, talvez para mais, não é, desde quando começaram a sumir com as coisas da galera do rap.

Tivemos noticiado que há duas noites a Polícia Militar abordou um casal em situação de rua que estava comemorando aniversário e chutaram a caixa de som, quebraram, bateram, bateram muito e disseram que iam matá-lo. Eu estou trazendo essa denúncia aqui porque foi escutada e acolhida.

Então, mesmo que a Prefeitura dê o nome de Cidadania, mesmo que a Lei 11.134, de 1º de março de 2004, que dispõe sobre a internação humanizada no Município de Florianópolis, o que nós vemos desde 2020 é uma hipocrisia gritante de uma gestão pública inerte, que não faz absolutamente nada para mudar o quadro das pessoas em situação de rua em Florianópolis. E aí é muito fácil os senhores Vereadores, que não conseguiram ficar aqui nem trinta minutos, principalmente aqueles que não acolhem e fazem o trabalho junto a essa população, aprovarem uma lei de internação compulsória. Se o trabalho tivesse sido feito lá em 2020, quando denunciemos um mês depois que a Passarela foi aberta, quatro anos passados se essa política pública tivesse sido pensada, o quadro seria totalmente diferente, não precisaria ter um remendo, não precisaria fazer uma política de urgência para prender os corpos, para desumanizar as pessoas. [*Transcrição: Eduardo Adami / Leitura: Siomara G. Videira*]

Então, minha gente, meus queridos e minhas queridas, [espero] que o relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos seja a base para uma virada de chave, não só da cidade de Florianópolis para a implementação de políticas públicas que salvaguardem as pessoas em situação de rua, mas para o Estado todo. Eu não acompanhei toda a missão, mas sei que o que foi visto por aí foi igual ou pior ao que acontece na Capital do Estado de Santa Catarina. E que nós paremos de ser hipócritas de vender essa cidade como turística se não damos conta de resolver problemas básicos de assistência social, saúde, educação, cultura e todos os âmbitos que nós transitamos enquanto movimento social.

Agradeço a oportunidade de estar aqui e agradeço também por ter a confiança do PopRua, de poder andar com vocês, de poder ouvir vocês e de poder acolher o que vocês dizem e transformar isso em luta também para nós.

Estamos juntos e, para finalizar a minha fala, cito os problemas da Passarela para a população LGBT: percebejos; espaços sem ventilação; banheiro conjunto; preconceito e violência física, psicológica e moral das pessoas que atuam diretamente dentro da Passarela enquanto servidores da OS terceirizada que atua lá dentro,



prejudicando também o trabalho, uma agressão e uma violência constantes que não pararam desde 2020 quando foi inventada aquela coisa que não é para ser aquilo.

Muito obrigada e boa tarde. Obrigada, Marquito, por me receberem na Comissão.

Era isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Muito obrigado, Elaine.

Passo a palavra à senhora Elsa Cristine Bevia, coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, de Blumenau, que trouxe um documento.

Após a fala da Elsa, nós vamos ver as propostas de encaminhamento.

A SRA. ELSA CRISTINE BEVIAN — Bom dia a todos, a todas e a “todes”. Obrigada, Presidente da mesa e convidados.

Eu serei rápida, apenas para falar o seguinte: como é importante momentos como este. Nós tivemos em novembro uma audiência pública em Blumenau onde, inclusive, o Anderson esteve presente, e nós percebemos, a partir daquele momento, como a Secretaria Municipal de Assistência Social tem se movimentado para melhorar o serviço. Por exemplo, o ambulatório de rua que não funcionava até então, agora já está funcionando. Portanto, como é importante o controle social, como é importante nós estarmos aqui e denunciarmos o que não está sendo feito para que os serviços sejam melhorados.

Em Blumenau, por exemplo, há uma dificuldade no acesso ao serviço de saúde, à assistência social, porque muitas vezes são exigidas burocracias que dificultam o acesso como, por exemplo, documentos pessoais, abstinência de consumo de substâncias psicoativas, lembrando que a territorialização do SUS, assim como do Suas, é princípio organizativo e não deve ser condição rigidamente determinante ao acesso populacional a esses serviços. E também fere o princípio básico da universalidade do acesso, não há incentivo à pesquisa e divulgação de conhecimentos sobre essa população contemplando a diversidade humana. Não há articulação intersetorial entre serviços de saúde e assistência social, que é feita apenas de forma superficial a partir de esforços de alguns profissionais. É como eu falei, agora, recentemente, que o ambulatório de população de rua está sendo praticado, porque até então não acontecia.

O Município de Blumenau não cumpre com todos os itens da Política Nacional para a População de Rua. Faltam diálogo em rede; instituição de comitês, colegiados ou fóruns oficiais que organizem e discutam pautas dessa área, incluindo participação de representantes da população de rua; capacitação constante dos profissionais no intuito de agirem de forma respeitosa, empática e profissional com os usuários dos serviços destinados à população de rua e não de forma moralista, embasada em princípios pessoais, assim como melhoria do acesso dessa população aos serviços de saúde e assistência social, considerando o princípio da universalidade.

Então nós, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, estamos trabalhando para fiscalizar, controlar e monitorar esses serviços e estamos percebendo que está surtindo algum efeito, mas ainda temos muitas dificuldades. Por exemplo, no início de dezembro fizemos uma série de requerimentos à Secretaria Municipal e só recebemos resposta esta semana. Vamos continuar insistindo e vamos continuar monitorando todas essas políticas para que cada vez mais essa população seja atendida, seja acolhida com muito afeto e que melhore a vida para todos.

No final de novembro, em Blumenau, tivemos um assassinato de uma pessoa em situação de rua e foi bastante chocante, e como foi falado aqui hoje, também vivenciamos em Blumenau muitas agressões por parte da Polícia Militar.

Basicamente é essa a minha fala, a importância de fazer essas audiências públicas e de nos encontrarmos para trocar ideias e avançar.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Muito obrigado, Elsa. Desculpa o pouco tempo, sei da importância de vocês, do Município de Blumenau estar



aqui, já que não tiveram a visita do Conselho nessa missão, mas que você traz aqui essa questão com tanta propriedade.

Quero agradecer, primeiramente, a presença de todos e de todas, a confiança do Conselho Nacional de Direitos Humanos e dos movimentos sociais, que estão há dois anos articulando e construindo essa missão. Como foi relatado aqui, houve muita luta para se chegar aqui, muitas pessoas seguiram a missão com recursos próprios, porque não tiveram apoio ou subsídio. Segundo, e relato mais uma vez aos movimentos sociais e aos representantes do Conselho Nacional, a importância da presença de vocês e da missão para a amplitude e a diversidade do debate e para trazer muitos outros elementos para essa discussão que Santa Catarina passa e muitos Municípios de Santa Catarina passam, sobre a questão das dicotomias ou das ontogonias que são colocadas entre Segurança Pública, Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), SUS, Suas e mecanismo de geração de trabalho, emprego e renda, bem como políticas de moradia. Todos esses temas convergem, porém o debate fica centralizado na segurança pública e isso tem diminuído ou minimizado a discussão ampla que nós precisamos fazer, porque enquanto avançam as ações ligadas às políticas de segurança pública, as outras políticas que deveriam avançar na mesma intensidade, na mesma velocidade, na mesma condição, são diminuídas.

Esse é o debate que nós temos que fazer, muitas vezes o debate fica muito raso, se é a favor ou contra, ou se o debate é deixar a pessoa na rua, ou não deixar a pessoa na rua, se população de rua é um problema ligado a adictos ou um problema ligado à moradia, e a amplitude do debate não aparece. Então, enquanto Legislador e membro da Comissão, quero dizer que esses debates sempre aparecem aqui na Assembleia Legislativa de acordo com a tramitação de matérias.

Quero agradecer a possibilidade de discutir isso de forma ampla, plural e diversa. Se nós avançarmos com política de segurança pública, deveríamos avançar também na construção, na manutenção e na ampliação das outras políticas, especialmente da RAPS, do SUS, do Suas, de moradia, assim como discutir profundamente a questão da política antidrogas, a qual nós precisamos ampliar. Então, queria colocar essas questões e dizer ainda que bom que nós temos aqui instituições como a DPE, a DPU, e os movimentos sociais. E também ficou muito evidente aqui para nós que os movimentos sociais, as organizações de base, as entidades comunitárias e algumas entidades também religiosas têm feito um trabalho de uma rede de apoio, de afeto e de atenção o qual o Estado não está dando conta, inclusive não envolve no seu processo de controle social e de participação na construção de política pública.

Há necessidade de um sistema de informação que seja realmente confiante e alinhado com o que se está colocando em políticas em nível municipal, estadual e federal. Sendo também uma tarefa do próprio Parlamento que é cobrar que essas informações apareçam de forma fidedigna e que sejam realmente orientadoras de políticas públicas.

Agora eu vou chamar a Carol, que vai ler as propostas de encaminhamento que foram anotadas durante as falas. Enquanto isso, a Cíntia, representante das entidades do bairro Monte Cristo, da área continental de Florianópolis, vai entregar uma carta ao representante do Conselho Nacional de Direitos Humanos e a outras entidades. *(Palmas.)*

(Procede-se à entrega de documento pela senhora Cíntia às entidades.)

A SRA. CAROLINE SANTANA FIGUEREDO — Olá, bom tarde. Cumprimento cada pessoa presente.

Rapidamente damos os encaminhamentos que foram retirados das falas feitas, tanto pela mesa quanto pelas pessoas presentes: necessidade de aderência do Estado de Santa Catarina e dos Municípios à Política Nacional de Atendimento às Pessoas em Situação de Rua; cessar o movimento do Município de Florianópolis de retirar o acesso das pessoas em situação de rua ao Restaurante Popular; necessidade de adequação da política dos Municípios; previsão legal de criação e também de funcionamento dos



equipamentos públicos de atendimento à população em situação de rua, além da sua necessária fiscalização; fiscalização do cadastro de pessoas em situação de rua, sendo necessário investir e implementar em Municípios que ainda não existe e atualização constante da base de cadastro; retirar da área de segurança pública o atendimento das pessoas em situação de rua em primeira instância, mas que acompanhem a política de atendimento dos equipamentos; realização de um diagnóstico do território catarinense mostrando quantas pessoas estão em situação de rua, o motivo que as levou a estarem em situação de rua, quais são seus laços familiares, suas necessidades; seja desenvolvido programa habitacional; programa de encaminhamento para a obtenção de renda, com emprego e qualificação; melhoria e adequação dos equipamentos públicos, aqui em Florianópolis necessariamente a Passarela, o Hotel 2S, o Centro POP e o Restaurante Popular; construção de políticas públicas estruturadas nos eixos da prevenção, do cuidado e da superação; necessário que o Ministério Público atue na averiguação das políticas dos Municípios para a criação de um censo estadual das pessoas em situação de rua; ações para conter a violência da Guarda Municipal e da Polícia Militar; fiscalização do Restaurante Popular; estruturação de equipes de saúde mental que consigam atuar; atuação dos órgãos públicos que dialoguem entre si para a criação de uma política de habitação, com esse auxílio-habitação, esse item se repetiu em algumas falas; criação de mecanismos de fiscalização do dinheiro público como, por exemplo, a provocação do Tribunal de Contas; fiscalização da existência de duplo financiamento de comunidades terapêuticas; fiscalização do desmonte das equipes de saúde mental; fiscalização da estrutura das Secretarias de Saúde e de Assistência Social nos Municípios e no Estado; implantação de um comitê de prevenção e combate à tortura no Estado; fiscalização sobre o cunho religioso das comunidades terapêuticas e a destinação do financiamento público para esses fins; criação e manutenção dos equipamentos públicos com as suas fiscalizações, encerrando as internações involuntárias que estão em desconformidade com a lei que rege o tema na esfera federal, que é de observância obrigatória; política de habitação para as pessoas que parta a partir do acolhimento para possibilitar que elas consigam recuperar seus vínculos familiares, saúde física e mental, trabalho, entre outros, a partir de programas como moradia, qualificação profissional, inserção no mundo do trabalho, geração de renda e acompanhamento; realizar seminários que discutam a política de atendimento às pessoas em situação de rua e que reflita as muitas discussões que já foram feitas no Estado sobre internação involuntária; necessidade de estudar modelos internacionais sobre atendimento à população em situação de rua; criação e efetivo funcionamento de comitês intersetoriais, tanto nos Municípios como no Estado; criação do Ciamp estadual; diálogo, aqui foi colocado pela Guarda Municipal, com a Segurança Pública as formas ideais de atuação, tendo a Guarda Municipal se colocado à disposição para esse diálogo; a Ouvidoria da DPE também se colocou à disposição para atender e ouvir a população em situação de rua e fortalecer o trabalho que vem sendo realizado pela Defensoria Pública Estadual e pela Defensoria Pública da União; necessidade da criação de equipamentos públicos de atendimento específico à população LGBTQIA+, como Casas de Acolhimento, entre outros; políticas de conscientização e proteção às violências de gênero que são acometidas em face desse grupo em específico; no lugar do serviço contratado no Hotel 2S, em Florianópolis, seja criado, por exemplo, o aluguel social; formação para os agentes da segurança pública que seja protagonizada pelo Movimento de Pessoas em Situação de Rua e também outros movimentos sociais.

Era isso. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Muito obrigado.

Eu sei que tem uma solicitação do Conselho Tutelar... Peça que, rapidamente, coloque para todos, senão não entra nos encaminhamentos.

O SR. GILBERTO RATEKE JÚNIOR – Somente sugerir a inclusão, como encaminhamento, do cancelamento da Portaria nº 007/2023, da Assistência Social do



Município, que traz várias violações de direitos, separa familiares, permite que crianças fiquem em situação de rua à noite. Somente essa lembrança.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Muito obrigado pela elegância numa pauta tão importante.

Eu quero pedir desculpas se alguém se sentiu menos valorizado por não ter tempo de fala, mas são os nossos limites. Eu quero agradecer imensamente à Casa, a toda a equipe aqui do Eventos que nos acompanha pela disponibilidade e pela flexibilidade neste momento, a assessoria do mandato que deu toda a atenção e todo o apoio especial a essa missão, como também para a realização desta audiência. E agradeçamos a mesa composta.

Contamos muito com este momento e com a importância dessas propostas de encaminhamento, e trabalharemos muito firmes nesse sentido. Quero dizer que esse processo não acaba aqui, e agradeço a parceria com os movimentos sociais, com as organizações da sociedade civil, e no dia 23 vai ter o Encontro Estadual da População em Situação de Rua, quando faremos também o lançamento da Frente Parlamentar da População em Situação de Rua.

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: “Dia 25, porque dia 23 é o Ciamp.”)

Dia 23 é o Ciamp e dia 25 é o lançamento da Frente Parlamentar da População em Situação de Rua do Estado de Santa Catarina, assinada por quatro Deputados desta Casa, cuja construção contamos com as entidades, com as representações governamentais e também com a sociedade civil para que nós façamos esse debate com qualidade. Que consigamos aprofundar essa discussão, consigamos colocar todos esses elementos que foram trazidos aqui e que o debate não fique monótono, que ele tenha a diversidade necessária que o tema merece.

Agradeço mais uma vez a presença, a paciência e a atenção de todos e de todas, dos servidores aqui da Casa, e nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: *Fabiano Antonio de Souza / Leitura: Siomara G. Videira / Leitura Final: Dulce M. da Costa Faria*]

**DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**